

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

LIBERDADE ECONÔMICA
PARA EMPREENDER

OS CUSTOS DO
DESENVOLVIMENTISMO

ENTREVISTA

Evelyn Levy

“O tamanho do Estado depende
do que a sociedade quer dele.”

ECONOMIA

Reforma Tributária

Desigualdades e ameaça
ao setor de Serviços

Menor e mais eficiente

COM UMA AMPLA REFORMA
ESTATAL, SERÁ POSSÍVEL
AUMENTAR A CAPACIDADE DE
INVESTIMENTOS DO PAÍS E
MELHORAR A COMPETITIVIDADE
DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS



**EU QUERO SOLUÇÕES
QUERO EDUCACIONAIS
APERFEIÇOAR TALENTOS CUSTOMIZADAS**



sp.senac.br/corporativo

Quer investir no
desenvolvimento
da sua equipe e
alcançar excelência
nos serviços prestados?

QUER SABER?
SENAC!



ATENDIMENTO
CORPORATIVO

FECOMERCIO^{SP}

PRESIDENTE Abram Szajman

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges

TUTU

www.agenciatutu.com.br

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA Demian Russo

DIRETORES CRIATIVOS Clara Voegeli e Demian Russo

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

ASSISTENTE DE EDIÇÃO Aline Carvalho

REVISÃO Flávia Marques

DIRETORA DE ARTE Carolina Lusser

EDITORES DE ARTE Paula Seco,
Joélson Buggilla e Yana Parente

DESIGNERS Estêvão Vieira e Jônia Caon

PROJETO GRÁFICO Paula Seco

CAPA Joélson Buggilla

ILUSTRAÇÕES Paula Seco

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Antonio Lanzana, Caio Magri, Camila Silveira, Herbert Carvalho, Márcio Olívio Fernandes da Costa, Pâmela Brito, Paulo Delgado, Vinícius Mendes e Vladimir Fernandes Maciel

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS
Maria Izabel Collor de Mello

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da PB. Sua publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

revistapb.com.br

FALE COM A GENTE
publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #478

O peso estatal atual reflete diretamente nos ombros do contribuinte, que, além de pagar uma das cargas tributárias mais altas do mundo, nem sequer tem real conhecimento sobre como esse montante é utilizado. A ineficiência de uma máquina pública gigante é uma das principais causas (senão a principal) do baixo crescimento econômico nacional e da baixa qualidade dos serviços públicos prestados à população.



Quer ficar por dentro das nossas novidades?

Assine a nossa newsletter. Basta apontar o seu celular para este código QR.

revistapb.com.br

@pbrevista

@pb_revista

@pbrevista

@canalUMBRASIL



OUÇA O NOSSO PODCAST! DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, DEEZER, SPOTIFY E SOUNDCLOUD.

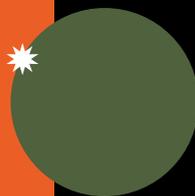


REVISTAPB.COM.BR

É retratando e analisando a pluralidade, a diversidade e a complexidade do Brasil que a PB se atualiza e se reinventa. São reportagens, artigos, ensaios e podcasts que lançam um olhar abrangente sobre a sociedade, a política, a cultura e as pessoas do País.



LEIA A REVISTA
E CONFIRA
OS NOSSOS
OUTROS CANAIS.



 @canalumbrasil

 @pbrevista

 @pbrevista

 @pb_revista

 Deezer, Spotify e Soundcloud





8

Entrevista
DEMANDA DA SOCIEDADE REFLETE
O TAMANHO DO ESTADO



14

Capa
PARA O PAÍS CRESCER, A MÁQUINA PÚBLICA PRECISA DIMINUIR



22

Ciência
DESCOBERTA DE NOVAS
ESPÉCIES DE PEIXES



26

Economia
LIBERDADE ECONÔMICA E OS
CAMINHOS PARA EMPREENDER

30

Artigo
"A BALANÇA DESIGUAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA",
POR MÁRCIO OLÍVIO DA COSTA

32

Artigo
"O BRASIL E AS INCERTEZAS EXTERNAS",
POR ANTONIO LANZANA

33

Artigo
"UMA CONJUNTURA DE RÉDEAS FROUXAS",
POR PAULO DELGADO

34

Site PB
AGENDA ESG E OS 470 ANOS
DE SÃO PAULO

36

Artigo
OS DESAFIOS DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA,
POR CAIO MAGRI

38

Especial PB 60 anos da PB
UMA RETROSPECTIVA DO PODER PÚBLICO,
POR VLADIMIR MACIEL



44

História
1824: PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

46

Brasileiros
REDE MULHER EMPREENDEDORA



Entrave ao desenvolvimento

De que forma (e para onde) são destinados os valores arrecadados por meio de impostos pagos ao Estado? Qual é a proporção desse volume *versus* a qualidade dos serviços oferecidos à população brasileira? São questões carentes de respostas coerentes que justifiquem o gigantesco e anacrônico aparato governamental.

Definir o tamanho da máquina pública de um país, antes de determinar o modelo tributário, é condição básica para o crescimento equilibrado de uma sociedade. O Brasil, no entanto, insiste em seguir na direção oposta, comprometendo o funcionamento de uma economia pautada na eficiência, na modernização e na simplificação, bases de um desenvolvimento sustentável. Um debate necessário, dada a conjuntura atual, que ganha amplitude na matéria de capa desta edição da **Problemas Brasileiros**.

Não se trata apenas de conter gastos — um dos principais pontos de uma Reforma Administrativa —, mas de fazer um desempenho pouco eficiente (e caro) ser aprimorado de acordo com as reais necessidades da população e do ambiente de negócios. A conta é simples: não haverá economia sustentável se o Estado for insustentável.

Um dos aspectos mais relevantes de uma revisão na administração pública inclui, dentre outros, a diminuição da interferência do governo em iniciativas privadas, ou seja, menos burocracia — assunto que também é destaque desta publicação: as vertentes da liberdade econômica e seus reflexos no empreendedorismo. Opiniões de especialistas, bem como consulta a indicadores, revelam alguns cenários distintos quanto a leis e medidas que tenham como principal objetivo facilitar o crescimento da atividade produtiva.

Ainda neste número, uma entrevista exclusiva com Evelyn Levy, consultora em gestão pública do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O bate-papo mostra o contraponto entre o crescimento dos anseios da sociedade diante da capacidade do Estado em concretizá-los.

Em homenagem aos 60 anos da **PB**, a revista traz um ensaio das últimas seis décadas da atuação do Poder Público escrita por Vladimir Fernandes Maciel, mestre em Economia de Empresas e coordenador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica (Mackliber). No estudo, ele faz um resgate histórico dos marcos econômicos que impactaram (e impactam até hoje, entre erros e acertos) os rumos do País em uma busca sinuosa por desenvolvimento e competitividade.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do
Comércio de Bens, Serviços e
Turismo do Estado de São Paulo
(FecomercioSP), entidade gestora
do Sesc-SP e do Senac-SP





A MEDIDA DO DESEJO

entrevista
CAMILA SILVEIRA
E VINÍCIUS MENDES

QUAL É O TAMANHO IDEAL DE UM ESTADO? SEGUNDO EVELYN LEVY, CONSULTORA DE GESTÃO PÚBLICA DO BANCO MUNDIAL E DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID), DUAS DAS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES POLÍTICO-FINANCEIRAS DO MUNDO, A RESPOSTA É SIMPLES: ESSA DIMENSÃO ESTÁ NOS DESEJOS SOCIAIS. ISTO É, AS DEMANDAS COLETIVAS DE CADA SOCIEDADE SE REPRESENTAM, ANTES DE TUDO, NAS POSSIBILIDADES ESTATAIS EM MATERIALIZÁ-LAS. DE ACORDO COM ELA — QUE JÁ GERIU SECRETARIAS EM NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL, ASSESSOROU CONSELHOS ADMINISTRATIVOS E RODA O MUNDO EM CONGRESSOS INTERNACIONAIS SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA —, O DESAFIO DO BRASIL ESTÁ JUSTAMENTE NO AJUSTE DA ROTA NA QUAL OS ANSEIOS COLETIVOS SE AVOLUMAM, AO MESMO TEMPO QUE A EFICIÊNCIA EM CONCRETIZÁ-LOS PARECE DIMINUIR CADA VEZ MAIS.

É possível pensar em um tamanho ideal do Estado brasileiro, considerando os dilemas próprios do País?

O tamanho da administração pública é diferente de tamanho do Estado. Este último é a instituição dotada de poder coercitivo, que define as normas da vida social, as relações de poder e os objetivos compartilhados da sociedade. No caso do Brasil, esses desejos estão expressos na Constituição, como as universalizações da saúde e da educação pública e a proteção do meio ambiente. Isso é Estado. A administração pública só existe para implementar esses desejos. Sendo assim, o tamanho de um Estado depende do que a sociedade quer dele.

Então por que se fala em proceder uma reforma do Estado brasileiro?

Imaginemos que uma empresa perceba uma queda no lucro e, a fim de mudar o jogo, contrate um consultor. Para o que esse profissional olharia? Sobretudo para o número de funcionários, mas também para os processos de trabalho, para a concorrência do mercado, para a gestão etc. Nos últimos anos, ao contrário, sempre que se falou de reformar o Estado no Brasil, muitos aspectos que esse consultor não deixaria passar foram justamente deixados de lado, como o planejamento da força de trabalho, que é fundamental.

E o que precisa constar nesse planejamento?

Gestão de desempenho dos servidores, sobretudo. Significa dizer para eles o que nós queremos que eles façam e verificar se estão, de fato, fazendo — e, caso não estejam, se estão suficientemente capacitados para exercer aquela função. Outro ponto muito importante é a seleção de dirigentes. Algumas secretarias brasileiras já se inspiram no modelo do Chile, no qual mesmo líderes escolhidos politicamente devem passar por processos

Foto: UM BRASIL



seletivos. No Brasil, é necessário melhorar a qualidade dos nossos concursos e mudar a mobilidade dos funcionários, o que passa por uma reorganização das carreiras. Estas devem conter novas competências adaptadas ao contexto atual. A própria ideia de carreira ainda é muito fragmentada, porque o ideal é a transversalidade, no sentido de um servidor poder trabalhar em vários setores sem que isso signifique queda do próprio desempenho. Sem contar a questão dos salários.

O que precisaria ser revisto, nesse caso?

Tem muita gente ganhando acima do teto remuneratório, especialmente no Judiciário.

Precisamos enfrentar isso. Nos municípios, os salários estão abaixo do setor privado, e nos Estados, o nível também é menor. Só na instância federal que essas remunerações ficam acima, embora as medianas também estejam no mesmo parâmetro da iniciativa privada, quando não abaixo. Nesse desequilíbrio, é óbvio que a administração pública fica desguarnecida.

Você mencionava a questão das novas competências. A Inteligência Artificial (IA) é um exemplo?

Claro. Todas essas novas tecnologias demandam especialistas que, hoje, não estão traba-



UM DOS CONCEITOS
BÁSICOS DA
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA É
JUSTAMENTE A
AUTONOMIA DOS
FUNCIONÁRIOS
EM RELAÇÃO A
EVENTUAIS PRESSÕES
— DE POLÍTICOS, DE
CIDADÃOS MAIS
FORTES ETC. O
DEBATE É SOBRE
QUEM DEVE SER
ESTÁVEL E QUEM
NÃO DEVE.

lhando no setor público. Contudo, nem todas as mudanças são tecnológicas. Basta pensar que se decidirmos que queremos nossas crianças em período integral nas escolas — e os estudos indicam que esse seria um benefício educacional para o País —, então, teremos que contratar mais professores. Reforça-se o argumento de que é preciso planejar a força de trabalho de acordo com as tecnologias e com as políticas públicas disponíveis. É o que se chama de eficiência.

Um dos pontos mais polêmicos do debate sobre a reforma diz respeito à estabilidade do funcionalismo público. Qual é a sua opinião?

Esse dispositivo não existe para dar vantagem ao servidor, mas para beneficiar a sociedade. Um dos conceitos básicos da administração pública é justamente a autonomia dos funcionários em relação a eventuais pressões — de políticos, de cidadãos mais fortes etc. O debate é sobre quem deve ser estável e quem não deve.

E como esse debate está hoje?

Na última grande mudança que fizemos, a chamada Reforma Gerencial, proposta pelo então ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994–1998), ele desenhou um núcleo estratégico que formulava e acompanhava políticas públicas. Nesse grupo, estavam as carreiras típicas de Estado, todas com estabilidade. Depois dele, as atividades exclusivas que, no escopo da reforma, seriam executadas por agentes autônomos, como polícias e servidores da Receita, além das instituições fiscalizadoras, como o Ibama. Abaixo dela, estavam as atividades não exclusivas — que, aí, sim, não necessitavam de estabilidade, porque são aquelas em que o Estado financia os produtores de políticas públicas, como é o caso das parcerias com Organizações Não Go-

vernamentais (ONGs). A síntese desse modelo é que onde não há poder de Estado, não é preciso estabilidade. Mas há quem faça críticas, como o [cientista político e professor na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo — FGV-SP] Fernando Abrucio, que considera importante manter cargos estáveis em áreas como a Educação e a Saúde, já que temos uma tendência ao patrimonialismo. É um argumento que sustenta não ser impossível imaginar que, durante mudanças de mandatos políticos, novos governantes desejem mudar todo o quadro de professores ou de profissionais médicos, por exemplo. Seria uma perda muito grande. É por isso que não tenho dúvida de que uma das grandes conquistas da nossa administração pública foram os concursos. A melhora do serviço é inequívoca.

O que a Reforma Gerencial de Bresser-Pereira legou para o País?

A ênfase republicana e o foco no desempenho são conceitos que permaneceram, assim como o fortalecimento das carreiras típicas de Estado. Também se expandiu um cargo que só existia em nível federal e no Estado de Minas Gerais: o de gestor público. Trata-se de especialistas em políticas públicas e gestão governamental que entram em carreiras transversais e definidas por competências. A Reforma Gerencial também sedimentou o conceito de gestão por resultados. Se o governo quiser melhorar os desempenhos dos estudantes no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), por exemplo, será possível elaborar uma estratégia enxergando o panorama do Brasil inteiro com esse tipo de indicador.

Como isso funciona na prática?

Eficiência é a medida de um numerador e um denominador, sendo que o primeiro é o quanto você precisa usar para se chegar ao segundo. Para obter um determinado patamar do



No Brasil, é necessário melhorar a qualidade dos nossos concursos e mudar a mobilidade dos funcionários, o que passa por uma reorganização das carreiras, que devem conter novas competências adaptadas ao contexto atual.”

Ideb, é necessário avaliar os custos da educação e os resultados que oferecem. Para aumentar a eficiência mantendo o resultado, é preciso mexer no numerador. Esse tipo de coisa não existia no Brasil antes da reforma de Bresser-Pereira. Mas o grande trunfo dela, na verdade, foram as Organizações Sociais (OS).

Por quê?

Organização social é um título que o governo dá para algumas entidades do terceiro setor que oferecem serviços públicos. O Estado assina um contrato de gestão que funciona, na prática, como uma parceria. É um modelo amplamente utilizado na Saúde, por exemplo, em que as Organizações Sociais de Saúde (OSS) assumem a administração desse setor — e o fazem com muito sucesso, apesar dos problemas. Para se ter uma ideia, dos 40 melhores hospitais públicos do Brasil, 35 são administrados por OSS. Funciona muito bem na área da Cultura também: no Estado de São Paulo, a Osesp [*Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo*] é gerenciada por uma OS, assim como a Pinacoteca e as oficinas culturais.

E qual é a vantagem desse modelo?

O fato de essas organizações serem geridas dentro do quadro legal do Direito privado, o que as torna muito mais flexíveis do que a administração pública.

Ampliar essas parcerias seria um caminho para tornar o Estado mais eficiente?

O mais importante é que os modelos coincidam, seja OS, seja Parceria Público-Privada (PPP), dentro de um Estado capacitado para regulá-los. Os eventuais fracassos aconteceram porque a administração pública não sabe recrutar corretamente essas organizações.

Esse debate também carrega dentro de si a questão tributária: a carga de impostos do Brasil corresponde a algo como 34% do Produto Interno Bruto (PIB). Empresas e entidades dizem que é um número muito alto, e o governo responde dizendo que depende dessa arrecadação para administrar frente a um país tão desigual.

Como lidar com essa aparente contradição?

Não tem como resolver [*risos*]. O caminho é a negociação.

Mas como fazer isso?

Interessa às empresas ter uma força de trabalho desqualificada? Acho que não — e se essa é, de fato, a resposta, então, precisamos melhorar a educação do País. Não quero dizer que as escolas precisem custar mais caro para o Estado, mas é necessário cuidar muito bem desse campo. Essa contradição não se resolve porque o empresariado quer pagar menos impostos, e é justo que ele, assim como o Brasil como um todo, tenha como verificar se o dinheiro da arrecadação pública está sendo usado como deveria. É para isso que existe a transparência.

Muita gente cita o modelo português como uma inspiração para o Brasil. Existe algum outro país que forneça uma base?

Portugal fez uma série de mudanças, de fato, inspiradoras na gestão de pessoas. O país diminuiu o número de carreiras, mas ampliou as possibilidades de mobilidade dos funcionários. Eu gosto muito do modelo da Austrália, que costuma revisá-lo pelo menos de dez em dez anos. Em 2018, o então primeiro-ministro, Scott Morrison, encomendou uma avaliação independente e externa para dar

conta de um interesse do governo em adicionar novos objetivos ao escopo nacional, como estimular inovação e produtividade, oferecer aconselhamento de alta qualidade em políticas públicas e assegurar que os interesses domésticos e estrangeiros no Comércio e na Segurança estivessem coordenados, sem contar a melhora do fornecimento de serviços aos cidadãos.

E deu certo?

É interessante que Morrison foi um governo conservador, sendo que o atual primeiro-ministro, Anthony Albanese, é do Partido Trabalhista, portanto, da oposição. Ainda assim, o projeto se manteve. Hoje, eles estão atuando com muitas parcerias, até mesmo com comunidades, em busca de soluções localizadas. Também fizeram um estudo das funções públicas passíveis de automação e estão trabalhando para estabelecer uma cultura do alto rendimento e para criar escalas de remuneração comuns a todas as organizações do governo. Com tudo isso, a Austrália tem, nos rankings internacionais, a quinta melhor administração pública do mundo.

É um bom exemplo para o Brasil?

Pode servir de inspiração, e tem muita coisa de lá que nós estamos usando, mas a Austrália tem cerca de 26 milhões de pessoas, enquanto o Brasil tem 204 milhões — e espalhadas pelo território, ao contrário das terras australianas, repletas de áreas vazias. É outra conversa. O fato é que precisamos lidar com nossos próprios problemas e, nesse processo, aprender com os outros.

&



OUÇA A
ENTREVISTA
NO PODCAST
DA PB



NEM TANTO AO MAR, NEM TANTO À TERRA

O Estado é uma entidade coercitiva que garante, tanto pela lei quanto pela força, a segurança e a liberdade de cada um. O argumento, do filósofo e teórico político Thomas Hobbes, embasou a sua obra *Leviatã*, publicada no século 17, na Inglaterra. Na capa, a seguinte imagem: atrás das montanhas, um imenso soberano com uma coroa na cabeça segura uma espada em uma mão e um candelabro na outra, enquanto o corpo é, na verdade, a união de vários corpos.

texto VINÍCIUS MENDES



Diferentes monstros mitológicos devem ter cruzado as leituras de Hobbes até que ele se convencesse de que o Leviatã — uma gigante criatura marinha citada marginalmente em passagens do Velho Testamento bíblico — seria a imagem definitiva para ilustrar a própria teoria.

A mensagem é evidente: o Estado é a síntese da sociedade. Apenas estudiosos notaram até hoje que o Leviatã hobbesiano só existe, na verdade, em relação a outro monstro bíblico: Behemoth, uma espécie de governador terreno que instaura o caos, suspende as leis, define os conflitos, naturaliza as relações e, por isso mesmo, só pode ser o avesso da criatura do mar: é justamente um não Estado. Hobbes o usou para metaforizar, inclusive, a violenta guerra civil inglesa daquele mesmo século. Mas, afinal, o que é o Estado? Como deve funcionar? Qual é seu tamanho ideal? Quais são os seus limites? Entre Leviatã e Behemoth, há uma miríade de experiências reais que alteram os pontos de vista.

No Brasil, às portas de 2024, os dois monstros parecem se fundir. “Não é nem tanto ao mar, nem tanto à terra”, define Paulo Hartung, ex-governador do Espírito Santo, mantendo a metáfora hobbesiana. Autor de *Brasil: desafios e propósitos*, de 2021, ele é figura conhecida no debate público por defender reformas. Atualmente, preside a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), desde que deixou o governo capixaba no fim de

2018. “Na verdade, ainda precisamos amadurecer muito para poder fazer esse debate. Há um lado extremamente liberal que diz que ‘quanto menor o Estado, melhor’. O outro lado, porém, acha que só o Estado é capaz de efetuar as mudanças socioeconômicas relevantes para o País”, continua ele [veja entrevista completa na página 21].

“Nem Leviatã, nem Behemoth: a busca é pelo equilíbrio possível entre eles”, avalia Antonio Lanzana, copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) e professor aposentado na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), seguindo na linguagem do filósofo britânico. “Tem de ter Estado para controlar a moeda, fazer as legislações, representar o Brasil no exterior, entre muitas outras coisas. O ponto está em enxugá-lo, abrir espaço para o setor privado, mudar a rota de crescimento medíocre que o País registra desde os anos 1980”, completa. A Reforma do Estado brasileiro, que sempre esteve na agenda da FecomercioSP, ganhou novo vigor depois que a longa discussão sobre mudanças na legislação tributária não cumpriu o objetivo primordial de simplificar e equilibrar o arcabouço da arrecadação fiscal nacional.

Em um desses encontros realizados em novembro, na Câmara dos Deputados, Lanzana apresentou uma espinha dorsal dessa agenda reformista. São oito eixos temáticos relacionados que vão desde a desburocratização de procedimentos estatais até as mudanças na legislação previdenciária [veja na página 19]. As reflexões do professor convergem para a constatação de que o Brasil está estagnado no mundo justamente porque o Estado é mais Leviatã do que deveria. “Isso acontece por dois motivos: o primeiro é a atuação em campos nos quais não há necessidade — e em que a iniciativa privada seria, certamente, mais eficiente. O segundo se relaciona com o primeiro, na medida em que o Estado não tem eficiência mesmo nessas áreas, porque não trabalha com indicadores de desempenho”, explica. “Isso se agrava pelo péssimo uso do dinheiro público”, completa o economista, antes de emendar uma sequência de dados acerca da performance econômica brasileira, já adentrando, com ares de desaprovacão, nos rumos da Reforma Tributária: nos últimos dez anos, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 5,4%, enquanto o dos países emergentes — México ou África do Sul, por exemplo — avançaram 52% no mesmo período, e do mundo, como um todo, 33,8%.

A diferença chega a ser ainda mais gritante de 1980 até 2022: o PIB global ficou 324% maior, enquanto o dos países emergentes cresceu 561%. Nesse mesmo intervalo, entre duas graves crises econômicas, quedas de produtividade e envolvimento em suas várias contradições socioeconômicas, o Brasil cresceu 139%. “O que significa dizer que estamos ficando relativamente mais pobres, e isso por causa do peso do Estado”, sentencia Lanzana.

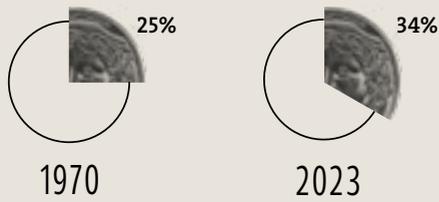
O ESTADO BRASILEIRO EM NÚMEROS



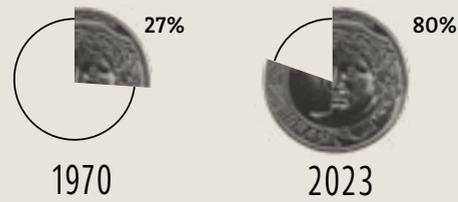
Crescimento do PIB



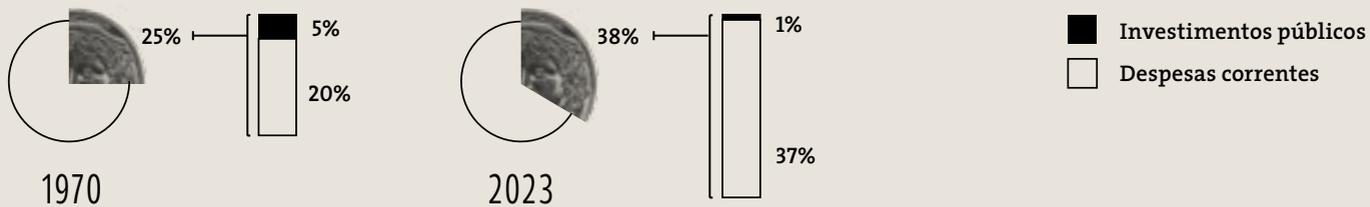
Carga tributária do Brasil em relação ao PIB



Dívida pública do Brasil em relação ao PIB



Gastos públicos em relação ao PIB



Crescimento da produtividade (2002 e 2022)



ENTRE 1980 E 2022, O PIB GLOBAL CRESCEU

324%, ENQUANTO

O BRASILEIRO

AVANÇOU 139%



NÚMEROS ALARAMANTES

Em 2019, no último ranking sobre competitividade das economias, produzido pelo Fórum Econômico Mundial, o País ocupava a 71ª colocação, empatado em pontuação com a Jordânia, no Oriente Médio, e com a Sérvia, na Europa. Os critérios englobam principalmente os entraves burocráticos na hora de fazer negócios. Já na lista anual do Instituto Internacional de Desenvolvimento Gerencial (IMD, na sigla em inglês), sediado na Suíça, o Brasil estava na 60ª posição na edição de 2022, entre a Botsuana e a África do Sul. A entidade analisa 64 países todos os anos. O critério mais negativo para esse resultado foi o de “eficiência governamental”, no qual o País ocupou o antepenúltimo lugar entre todos os países analisados.

Hartung observa o funcionamento interno da máquina pública como efeito dos vícios típicos nacionais. “O Estado tem de ser mais organizado,

ter clareza para cumprir as tarefas, assim como a sociedade depende de empreendedores com condições de criar atividades econômicas e tocar os processos adiante. Temos o pior possível: um Estado muito grande com uma quantidade absurda de carreiras e funcionários sendo automaticamente promovidos e sem avaliação de desempenho. É tudo o que não o induz a ser um bom provedor de serviços públicos”, ressalta. O Brasil não conta, hoje, com critérios gerais de promoção de servidores, o que permite que cada organização pública defina os próprios parâmetros.

Há alguns anos, uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que o Brasil gasta quase 14% do PIB com funcionários públicos, incluindo as três instâncias governamentais. É o sexto país que mais despende recursos para a burocracia no mundo, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). “É por isso que a avaliação de desempenho dos ser-

vidores é a chave”, defende Hartung. “É só comparar o setor público e o ambiente empresarial no Brasil. Como uma empresa promove, hoje, um profissional? Como se estabelece a remuneração? Depende do desempenho. No Estado, um funcionário acomodado é promovido da mesma forma que a pessoa que trabalha bastante para conseguir crescer na carreira. Isso não injeta produtividade na máquina pública”, explana.

Evelyn Levy, consultora de gestão de pessoas do Banco Mundial e com passagens por secretarias em âmbitos federal e estadual, concorda. Assim como Hartung, ela entende que a gestão das entregas dos servidores é o ponto mais urgente que uma possível reforma deveria procurar resolver. “Significa dizer para eles o que nós queremos que eles façam e verificar se estão, de fato, fazendo — e, caso não estejam, se estão suficientemente capacitados para exercer aquela função. A própria ideia de carreira ainda é muito fragmentada no Brasil, porque o ideal é a transversalidade, no sentido de um servidor poder trabalhar em vários setores sem que isso signifique queda do seu desempenho”, explica [leia a entrevista completa na página 8].

De acordo com a CNI, um em cada dez trabalhadores formais brasileiros (12,5%) está lotado em funções públicas, quase todas estáveis, uma proporção menor do que a dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 21%, e semelhante à média latino-americana (11,9%). Cerca de 10% do funcionalismo público nacional estão lotados em instituições federais. “O tempo tornou [esse dispositivo] anacrônico”, determina Hartung. “O debate, na verdade, é sobre quem deve ser estável e quem não deve”, diz Evelyn, lembrando do escopo da Reforma Gerencial, elaborada pelo economista e então ministro de Administração Federal, Luiz Carlos Bresser-Pereira, em 1995, que definiu diferentes núcleos de atuação do Poder Público e, dentro dessa estrutura, quais eram legalmente estáveis.

O QUE JÁ FIZEMOS?

A Reforma Gerencial de Bresser-Pereira talvez tenha sido a última grande resposta institucional à demanda por um Estado mais enxuto. Foi confeccionada por uma secretaria dedicada apenas à própria um ano depois da chegada de Fernando Henrique Cardoso ao poder. À época, o titular da pasta dizia que o desafio estava em



AGENDA DA FECOMERCIO-SP PARA A REFORMA ESTATAL

- ▶ Simplificação do atual sistema tributário, sem aumento de carga
- ▶ Desburocratização dos procedimentos da administração pública
- ▶ Reforma Administrativa que inclua carreiras estatais, competências e métricas de desempenho
- ▶ Desenvolvimento de políticas públicas
- ▶ Digitalização dos serviços em substituição aos processos analógicos
- ▶ Descentralização das decisões e das atividades públicas
- ▶ Combate à corrupção em todas as instâncias de governo
- ▶ Reforma Previdenciária para conter desperdícios e reorganizar as finanças



ENTENDA COMO UNIÃO,
ESTADOS E MUNICÍPIOS
PODEM REDUZIR
GASTOS EM 15 ANOS

reformular um Estado sobretudo em crise — principalmente pela hiperinflação do começo da década de 1990 —, bem como lidar com um contexto mundial marcado pela perda de autonomia do Poder Público na formulação de políticas públicas. Contudo, era, antes de tudo, uma exigência dos novos tempos, já que a globalização forçava os países a entrar cada vez mais em competição entre si no mercado internacional, enquanto a Europa consolidava o Estado de bem-estar social, que dependia não apenas de efetividade, mas também de eficiência no desembolso dos recursos estatais.

O projeto do ministro trazia planos de descentralizar o processo decisório público, entregar poder a administradores locais (sobretudo em municípios), ressecar os níveis hierárquicos e, como muita gente aponta até hoje como um dos trunfos mais notáveis, controlar o desempenho dos servidores por resultados. A legislação começou a ser implementada aos poucos, em diferentes leis, mas nunca chegou a um fim. Em 1998, a pasta se tornou o Ministério da Administração Pública e Reforma do Estado, mas voltou a ser uma secretaria do Ministério de Orçamento e Gestão um ano depois. Bresser-Pereira deixou o governo naquela mesma época, mas seguiu produzindo pesquisas sobre os efeitos da sua obra. De fato, pedaços daquela reforma permanecem em debate até hoje, como a ideia de descentralização, um dos eixos da agenda da FecomercioSP. “Foi um efeito que não se viu mesmo depois da Constituição de 1988”, explica Lanzana. “É por isso que o ideal seria proceder uma reforma não apenas no nível federal, mas também nos Estados e municípios. Até porque os resultados ruins nos índices de crescimento da economia nacional dizem respeito a todos os entes federativos”, ressalta.

A avaliação de desempenhos, por sua vez, não se materializou. Para o ex-governador do Espírito Santo, um desperdício. “Se fosse adotada, seria uma revolução no setor público do Brasil”, responde Hartung. A última iniciativa institucional de avançar em mudanças na gestão pública foi em 2020, em uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 32), enviada pelo Executivo à Câmara dos Deputados, diminuindo a capilaridade do dispositivo de estabilidade ao reordenar as regras da Previdência e promover mudanças em procedimentos de contratação da máquina pública. A Casa chegou a criar uma comissão especial para analisar o projeto que, após meses de discussão, apresentou um relatório solicitando estudos sobre o seu impacto ao orçamento público. Foi quando estacionou. Nos últimos anos, vários projetos semelhantes transitaram em paralelo pelo parlamento e tiveram o mesmo destino.

Em São Paulo, o governo estadual apresentou, em outubro, um plano de Reforma Administrativa para auditar remunerações e modernizar certas funções públicas. O foco está, antes de tudo, em cargos comissionados, uma vez que que não dependem de concurso público. A ideia é cortar pelo menos 20% deles. Todas as iniciativas objetivam uma Reforma Administrativa mantendo transformações mais amplas em outras esferas.



“O ESTADO ATUA EM CAMPOS NOS QUAIS NÃO HÁ NECESSIDADE – E EM QUE A INICIATIVA PRIVADA SERIA, CERTAMENTE, MAIS EFICIENTE.”

ANTONIO LANZANA, copresidente do Conselho de Economia
Empresarial e Política da FecomercioSP

EXEMPLOS DE FORA

O Brasil tem vários modelos no mundo para se inspirar. Portugal, por exemplo, aparece sempre como a referência inequívoca de mudanças na administração pública: em 2006, o país adotou um conjunto radical de regras que, dentre outras medidas, enxugou significativamente a máquina pública e cortou boa parte das despesas com a previdência. À época, 14% do PIB português se destinavam a gastos administrativos — a média europeia era de 11%. João Bilhim, um dos formuladores da reforma, corre o mundo contando a experiência enquanto ministra aulas de gestão na Universidade de Brasília (UnB).

A Austrália também figura na lista de exemplos, principalmente por empreender mudanças decenais na máquina pública pautadas por conceitos próprios dos negócios, como “empreendedorismo” e “inovação”. Há, ainda, os países que figuram no apogeu dos mesmos rankings internacionais, como Dinamarca, Noruega ou Singapura. Nos últimos anos, o topo dessas relações tem sido dominado, em especial, pelo Reino Unido, que passou recentemente por uma fase de digitalização dos processos ordinários na esteira de uma reforma iniciada há mais de 40 anos.

“Depois da crise de 2008, os ingleses ainda conseguiram avançar na avaliação de desempenho dos funcionários. Foi um ganho enorme de eficiência e qualidade do serviço público,

que, hoje, é considerado o melhor do mundo e, de fato, o modelo mais completo”, explica Ana Carla Abrão, vice-presidente de Novos Negócios da B3. Ao lado de Paulo Hartung, ela analisa as experiências internacionais em busca de alternativas para a agenda brasileira. “Há outras inspirações, como Canadá, Chile ou mesmo Portugal, todos países que focaram em reformas voltadas à melhora da qualidade do serviço prestado”, continua.

Segundo Ana Carla, o desafio do Brasil está em implementar uma transformação complexa. “Não basta só aprovar uma PEC. Uma boa reforma depende de um cuidado que vai das leis dos concursos públicos até a definição de metas para os servidores.” Lanzana tem, na ponta da língua, o tamanho ideal do Estado brasileiro: 25% do PIB. “É um patamar semelhante ao que tínhamos antes do Plano Real”, comenta. “Vamos conseguir viabilizar esse número? Sinceramente, acho muito difícil, mas o nosso papel é o de defendê-lo.” Isso significa, em outras palavras, “ser menos Leviatã do que somos hoje”, termina ele, lembrando, outra vez, da metáfora de Hobbes.

Com a experiência de anos à frente do governo capixaba, Hartung acredita que o tamanho estatal seja uma medida subjetiva, mas dependente de um conceito fundamental da vida das empresas. “É uma dimensão em que se façam boas entregas à população.” Em termos de Brasil atual, seria nem tanto ao mar, nem tanto à terra.

PAULO HARTUNG

Ex-governador do Espírito Santo (2003–2010 e 2015–2018) e presidente da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá).

Como o senhor vê o debate atual sobre o tamanho do Estado brasileiro?

Há um lado extremamente liberal que diz que “quanto menor o Estado, melhor”. Outro acha que só o Estado é capaz de efetuar as mudanças socioeconômicas relevantes. Na verdade, não é nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Precisamos de um Estado que produza resultados. Não é o que existe hoje. Temos exemplos que mostram como o Estado pode ser relevante em todos os âmbitos, como o governo dos Estados Unidos, que, na pandemia de covid-19, fez parcerias com laboratórios privados para o desenvolvimento rápido de vacinas. Foi uma relação entre um bom governo e a iniciativa privada. Isso mostra a necessidade de limpar a disfuncionalidade do Poder Público brasileiro, que é enorme.

Existe um tamanho ideal de Estado?

Uma dimensão em que uma prefeitura ou um governo estadual faça boas entregas à população. O Estado precisa ser organizado, ter clareza para cumprir as tarefas, assim como a sociedade depende de empreendedores com condições de criar atividades econômicas e tocar os processos adiante.

O que é mais urgente nessa reforma?

A reforma que o [ex-ministro de Administração Pública Luiz Carlos] Bresser-Pereira fez, nos anos 1990, tinha uma questão-chave: a avaliação do desempenho dos servidores. Trata-se de um instrumento gerencial que permite ao administrador mensurar os resultados obtidos pelo servidor. É só comparar o setor público com o ambiente empresarial no Brasil. Como uma empresa promove, hoje, um profissional? Como se estabelece a remuneração? Depende do desempenho.

Essa reforma dependeria de uma mudança mais robusta nas instâncias municipais e estaduais?

Ela deve ser feita nos três níveis de governo e nas instituições de Estado. No entanto, se as condições políticas levarem à possibilidade de realizá-la apenas no âmbito federal, já ajudaria muito. A União tem muitas relações com os Estados e municípios capazes de condicionar políticas públicas. O acesso ao crédito é uma delas: dá para induzir a instituição desses dispositivos presentes em uma reforma por meio da distribuição dos recursos. O setor público brasileiro é caro, mas o problema é entregar pouco, ser ineficiente. Veja onde nós estamos nos principais indicadores de Saúde Pública, Segurança e Educação.

Você mencionava o alto número de servidores. Como vê essa questão?

Temos uma infinidade de carreiras. Há um debate sobre se deveríamos reduzi-las só a partir dos futuros funcionários do Estado — e eu me coloco ao lado de quem acha que alguns elementos de avaliação de desempenho já sejam instituídos para os atuais servidores. É um belo incentivo para os bons quadros. Eu trabalhei na máquina por muito tempo e vi de tudo: gente qualificada, pronta para resolver os problemas, e gente acomodada.

E sobre a estabilidade dos servidores, qual é a sua opinião?

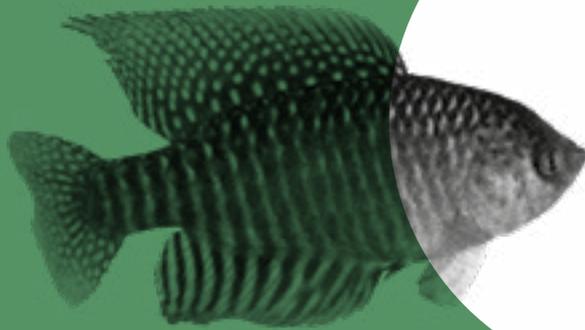
O tempo o tornou anacrônico. O ideal seria fazer isso com regras de transição. Temos de olhar para isso, claro, mas podemos deixar para depois. O último governo até tentou empurrar uma mudança nesse sentido para os futuros funcionários, os que

estão prestando concursos agora, mas não foi para frente. Eu achei uma boa ideia, à época, porque quem entrasse na máquina, agora, já saberia das novas regras do jogo.

E como resolver o dilema tributário presente no País?

No meu último mandato no Espírito Santo, peguei a maior recessão econômica da história do Brasil e, conseqüentemente, a maior queda de arrecadação dos governos. Em 2015, quando assumi, o orçamento era menor do que o do ano anterior, e, ainda assim, consegui melhorar a educação do País, não só do Estado: saímos da 11ª colocação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o primeiro lugar nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. No mesmo período, registramos a menor taxa de mortalidade infantil do Brasil. Como foi possível? Arranjando dinheiro no imenso desperdício da máquina pública brasileira. O País tem muitas necessidades, de fato: é extremamente desigual, com uma distribuição de renda vergonhosa, e tudo isso joga a demanda sobre o Estado lá para cima. Mas, ao mesmo tempo, temos muitos programas velhos que não dão resultado e, em alguns casos, são até maléficos. Vejo uma acomodação das lideranças, que não descontinuem nada e ainda querem sempre criar mais programas sem especificar fontes de arrecadação. O que acontece? Eles financiam os projetos pelo endividamento ou, pior ainda, pela inflação. É por isso que precisamos ter um exercício de líderes responsáveis nos Executivos, nos Legislativos, na sociedade civil etc.

&



Hypsolebias lulai

Um peixe chamado Lula – e outro chamado Raoni

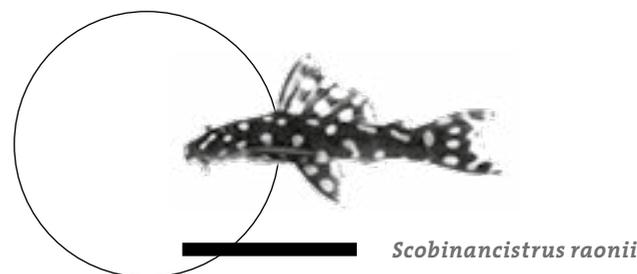
Descoberta de novas espécies de peixes na Caatinga e na Amazônia – batizadas com nomes de personalidades políticas – revelam a importância da preservação desses biomas

Na contramão da devastação ambiental, a ciência continua descobrindo novas espécies de plantas e de animais, como peixes. Em artigos inéditos publicados na revista científica *Neotropical Ichthyology*, pesquisadores descrevem duas espécies de peixes recentemente descobertas na Caatinga e na Amazônia, batizadas com o nome de personalidades políticas: o *Hypsolebias lulai*, em homenagem ao presidente Lula, e o *Scobinancistrus raonii*, em homenagem ao cacique e ativista indígena *Raoni Metuktire*. O primeiro foi descoberto na bacia do Rio Trairi, no Rio Grande do Norte, por cientistas do Instituto Peixes da Caatinga — das universidades federais da Paraíba (UFPB) e do Rio Grande do Norte (UFRN) —, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e da Universidade de Taubaté (Unitau).

A espécie foi vista pela primeira vez em agosto de 2022 por um agricultor em um assentamento no Estado potiguar, que fotografou o peixe e enviou a imagem para Telton Ramos, biólogo do Peixes da Caatinga e da UFPB. O pesquisador, então, organizou uma expedição financiada pelos seguido-

res das redes sociais do instituto para coletar amostras da espécie na região. Essa nova espécie pertence a um dos grupos mais ameaçados do Brasil: chamado de “peixe das nuvens”, surge em poças ou lagoas temporárias formadas após a chuva, ocasião na qual os seus ovos enterrados eclodem e sua população se restabelece. Esse ciclo de vida leva os ribeirinhos a associar o aparecimento desses animais aos pingos de chuva das nuvens — por isso o “das nuvens”.

Como os seus parentes, o *Hypsolebias lulai* tem um ciclo de vida rápido de três meses para crescimento e reprodução antes de a poça ou lagoa temporária secar e toda a população de peixes morrer. “Graças ao ciclo de vida ser mais curto, espécies de peixes das nuvens estão sendo utilizadas em estudos sobre envelhecimento humano”, explica Ramos. O *Hypsolebias*, que mede cerca de 5 centímetros, apresenta um número maior de raios na nadadeira dorsal e de listras no corpo, além de coloração de azul com aspecto metálico, diferentemente dos parentes. A sua localização chamou a atenção dos pesquisadores: o similar mais próximo dessa nova espécie está



no Ceará, a cerca de 500 quilômetros de distância. Isso levanta algumas hipóteses sobre as mudanças do curso do Rio São Francisco, ao longo de milhares de anos. “Esse rio já mudou de curso várias vezes, o que explica a existência de espécies parentes em lugares diferentes. É possível que ele já tenha se conectado ao Rio Piranhas, que é o mais próximo de onde a nova espécie foi encontrada, mas ainda é preciso que mais estudos sejam realizados na região”, comenta Fábio Origuela, do Instituto Peixes da Caatinga, coautor do estudo.

De acordo com os pesquisadores, a nova espécie também reforça o fato de que a Caatinga é um bioma diverso. “Falamos pouco de Caatinga. Existe a ideia de que é um local pouco diverso, seco, mas é riquíssima em biodiversidade”, aponta Ramos. A decisão de nomear o animal em referência ao presidente Lula foi para dar mais visibilidade aos grupos de peixes das nuvens. “Estamos aquém do que deveríamos no conhecimento da diversidade e na conservação desse grupo de peixes, sabemos muito pouco ainda — e o que não tem nome, não é protegido”, afirma o pesquisador.

RIO XINGU, HÁBITAT DE NOVAS ESPÉCIES

A região onde foi construída a barragem da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, também abriga espécies ainda não descritas pela ciência. É o que revelou um grupo de pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e da Universidade Federal do Pará (UFPA) ao descobrir, no local, uma nova espécie de peixe cascudo.

O *Scobinancistrus raonii*, que tem tons de verde-oliva-escuro a preto, com manchas amarelas redondas, pode chegar a 17 centímetros de comprimento. O nome foi escolhido para homenagear o líder indígena Raoni Metuktire, cacique dos caipós, povo que vive ao longo dos afluentes do Rio Xingu, nos Estados do Pará e de Mato Grosso. Ele é um dos ativistas indígenas mais conhecidos no mundo por sua luta pela preservação da Floresta Amazônica, colocando-se contra, em 2010, a construção da Usina de Belo Monte. A descrição da nova espécie foi feita após a análise de 38 exemplares de *Scobinancistrus*, coletados em expedições ao Xingu. Esse peixe é conhecido de comunidades locais, desde a década de 1980, como tubarão, por causa do formato roliço. Foram analisados as tonalidades e o formato das manchas, a forma do corpo, os dentes, a boca e outras estruturas que identificam os animais.

Segundo Lúcia Rapp Py-Daniel, uma das autoras do estudo, a descrição da espécie serve para confirmar a novidade. “A gente já conhece esse bicho há muito tempo. Ele já era vendido no comércio de pesca ornamental, mas, na época, não sabíamos em qual gênero se encaixava. Foi uma surpresa ver que se tratava de uma nova espécie”, afirma a pesquisadora do Inpa. A nova espécie de *Scobinancistrus* habita a área alterada pela construção da barragem de Belo Monte, em Altamira, correspondendo à área da Volta Grande do Xingu até a confluência com o Rio Iriri. A descoberta ajuda a confirmar que existem novas espécies de animais habitando a região afetada pela hidrelétrica — e que é importante garantir a qualidade da água para protegê-las.

Segundo Lúcia, o trabalho também serve para suscitar o debate em torno do controle hidrológico da região, pois algumas espécies demandam água em abundância para a sobrevivência. “A área da Volta Grande do Xingu é extensa e tem espécies que só ocorrem lá, então, qualquer alteração do ambiente natural é gravíssima”, conclui. Os pesquisadores responsáveis pela descrição das duas espécies de peixe das nuvens e cascudo seguem monitorando a população desses animais com a ajuda de moradores da região. Eles esperam que o registro dos gêneros ajude na formulação, por órgãos competentes, de estratégias de conservação desses animais.



SOBRE A AGÊNCIA BORI

A BORI é um serviço único que conecta a ciência à imprensa de todo o País. Na BORI, jornalistas cadastrados encontram pesquisas científicas inéditas e explicadas, além de materiais de apoio à cobertura jornalística e contatos de cientistas de todas as partes do Brasil preparados para atender à imprensa. Acesse www.abori.com.br

Este anúncio contém **385 minutos** de conteúdo instigante!

Selecionamos 10 entrevistas
provocativas do **UM BRASIL**
para você assistir agora
utilizando os códigos QR.

UM BRASIL



@canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIO SP



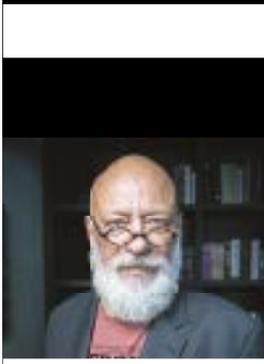
ANA COUTO
especialista em branding e CEO da Ana Couto

“Existe uma diferença entre o Brasil vivido e o Brasil como símbolo, como se fosse o Brasil *versus* o brasileiro.”



VALTER HUGO MÃE
escritor português

“Estar disponível para todos os sentidos e todos os caminhos é algo que está no radical do brasileiro.”



LUIZ PONDÉ
filósofo e escritor

“O poder só é controlado por outra forma de poder.”



SONIA GUIMARÃES
doutora em Física e professora no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)

O desenvolvimento econômico vem com o desenvolvimento tecnológico, e todos ficam felizes.”



FERNANDA MAGNOTTA
professora e coordenadora do curso de Relações Internacionais da Faap



IRENE VIDA GALA
subchefe do Escritório de Representação do Itamaraty em São Paulo

“Articular e mediar: os caminhos para o Brasil ganhar o mundo.”



MARCOS LISBOA
economista

“O Brasil ficou velho antes de ficar de rico.”



RICARDO AMORIM
economista

“O Brasil está diante de uma oportunidade única, basta não queimarmos mais um bilhete premiado.”



JOÃO PEREIRA COUTINHO
cientista político e escritor português

“O liberalismo não começou pela economia, mas pela política, em uma posição de que ninguém está acima da lei.”



ZEINA LATIF
economista

“Não existe compromisso algum com reformas para conter o crescimento de gastos obrigatórios.”



FELIPE NUNES
sócio-fundador da Quaest Pesquisa e Consultoria

“Polarização política transbordou para a convivência cotidiana.”





DILEMAS DA LIBERDADE

texto VINÍCIUS MENDES

Foi na metade de 2018 que a empresária mineira Fernanda Hatsuka decidiu mudar radicalmente de carreira. Ela, que havia acabado de chegar de uma especialização em negócios de curta duração em uma universidade norte-americana (e impactada pelas aulas), decidiu largar o cobiçado cargo de executiva de uma startup de tecnologia sediada em Belo Horizonte para abrir o próprio negócio. A ideia era conectar artistas a clientes interessados em adquirir obras originais por meio de um aplicativo semelhante a uma rede social. “Deu certo por quase dois anos”, lembra ela, em meio a um sorriso triste. Em maio de 2020, no desespero inicial da pandemia de covid-19, a empresa faliu.

Mesmo assim, Fernanda decidiu seguir empreendendo. Passou dois meses estruturando um sonho antigo de oferecer cursos de Educação a Distância (EaD) a mulheres de classes mais baixas e, ao lado de um sócio, colocou o negócio de pé no fim daquele ano, enquanto o País estava imerso no isolamento social. O empreendimento durou até o começo de 2023, embora já estivesse escanteado há pelo menos dois anos — período em que, para pagar as contas, ela voltou a trabalhar para uma consultoria.

Há alguns meses, Fernanda resolveu abandonar outra vez o cargo assalariado para materializar um terceiro projeto: uma startup para vender cuidados com saúde mental a empresas preocupadas com os colaboradores. “Aos trancos e barrancos, está dando certo”, conta ela, empolgada. Hoje, a empresa tem quatro funcionários, todos em home office. Até o fechamento desta matéria [novembro de 2023], o plano era inaugurar um espaço físico em Belo Horizonte e contratar mais duas pessoas até o fim de dezembro. “Sinto que as coisas estão um pouquinho mais fáceis agora para quem quer empreender”, reflete a empresária. “Quebrei duas empresas no passado muito por causa da burocracia que existe para tocar um negócio no Brasil. O Estado nem sempre é o seu sócio — em muitos momentos, é como um rival”, desabafa.

Essa percepção de que as burocracias sobre negócios no País afrouxaram não é trivial: desde que a Lei da Liberdade Econômica (LLE) entrou em vigor, na metade de 2019, entraves comuns a processos cotidianos das empresas brasileiras — como solicitar (e receber) um alvará de funcionamento ou contratar um funcionário — foram relativamente otimizados onde ela foi adotada.

Demanda histórica do empresariado, a LLE, que completará meia década em 2024, tem como objetivo principal desburocratizar o ambiente de negócios e promover a livre-iniciativa. Começou como uma Medida Provisória (MP), decretada por Jair Bolsonaro, em abril de 2019. Quatro meses depois, foi aprovada no Congresso já como Declaração de Direitos da Liberdade Econômica. Dentre os seus dispositivos, estão as reduções da burocracia e da interferência governamental, o fortalecimento da segurança jurídica e o estímulo ao empreendedorismo.

LIBERDADE PARA EMPREENDER

No começo de novembro, o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica (Mackliber), um dos principais laboratórios de pesquisas sobre o tema, fundado em 2016, organizou um encontro de dois dias com especialistas para se debruçar sobre a atualidade da LLE. O evento aconteceu na universidade de mesmo nome, em São Paulo. O coordenador do Mackliber, Vladimir Maciel, que leciona no Mackenzie há mais de duas décadas, é um dos entusiastas mais ponderados da lei. “Por um lado, é um fato que a lei deu mais liberdade para empreender. Não é à toa que o número de negócios abertos de lá para cá subiu bastante”, aponta. “Por outro, é um escopo que depende muito da adoção por Estados e municípios — principalmente por ser de cunho federal. Ela abre janelas, mas não muda a realidade imediatamente”, continua ele, que também é sócio da consultoria Urbana.

A ponderação de Maciel, no entanto, é um sentimento compartilhado entre empresários, executivos, economistas e demais atores que transitam entre grandes empresas nacionais — bem como pelo mercado financeiro —, em decorrência da realidade dos pequenos e médios negócios e pela própria burocracia estatal. Interlocutores ouvidos pela **Problemas Brasileiros**, em encontros e feiras empresariais, reuniões de conselhos administrativos, programas de fomento ao empreendedorismo e mesmo nos corredores de Brasília nos últimos meses, reconhecem avanços promovidos pela lei, ao mesmo tempo que conseguem elencar com rapidez os entraves. O argumento comum de todos eles é que o Brasil seria pior sem a LLE.

Muitas fontes têm o mesmo discurso: é curioso o Brasil ter necessitado da criação de uma lei para gerar mais liberdade (uma contradição,

decerto) — e, nesse sentido, a LLE chega a ser inócua. Ainda assim, diz que a lei melhorou a vida de quem administra uma empresa no País, como a sobreposição de acordos privados a definições judiciais, o dinamismo de liberações outrora obrigatórias e a flexibilização de algumas regras trabalhistas ou econômicas.

Segundo Fabio Pina, assessor econômico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), o objetivo mais importante era, antes de tudo, transformar o status simbólico do empreendedor do Brasil, e isso foi atingido. “Mudou o conceito comum do empresário, que, antes, era visto com desconfiança, como o sujeito que não quer pagar imposto, que diminui o salário até o máximo ou que está sempre inclinado à informalidade. Hoje, há a presunção da boa-fé na letra da lei, mas também no dia a dia do mercado”, observa. Essa mudança simbólica também é um dos trunfos mais significativos na visão de Maciel, do Mackliber. “Mesmo no sentido burocrático, qualquer empreendedor é idôneo até que se prove o contrário. Com isso, o Estado se tornou mais um grande prestador de serviços do que um sancionador”, analisa Pina, lembrando que uma das regras estabelecidas foi a aprovação imediata de solicitações feitas à administração pública sem resposta dentro do prazo.

No entanto, há também efeitos palpáveis — e alçados sempre que possível. O aumento de empresas abertas é um indicador comum de mensuração do sucesso da lei, por exemplo. Em março passado, um relatório publicado pelo Instituto Millenium, um *think tank* de orientação liberal com duas décadas de existência, concluiu que aumentou em 89% a média anual de novos registros em cidades que adotaram algum ponto da LLE.

No mesmo relatório, o instituto ainda destacou que a chance de um negócio seguir ativo ao longo do tempo é muito maior nos municípios que adotaram ao menos uma parte da legislação de 2019 do que naqueles onde esta não fora implementada. Na verdade, subiu em 65% a média anual de empreendimentos em funcionamento nos lugares onde a regra passou a fazer parte, de alguma forma, da vida do empresário local.

O mesmo Millenium publicou um estudo, em outubro de 2022, com base nas tabelas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), indicando uma expansão de 40% nas contratações dentro da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) após a legislação entrar em vigor. Ainda que a pesquisa tenha encontrado um avanço na taxa de demissões (25%), foi bem inferior ao ritmo de vagas formais abertas e preenchidas no mesmo período. “Isso é resultado da segurança jurídica de quem está empreendendo, porque, quando há uma formalização mais ampla à vista do empresário, existem mais condições de investimento no próprio negócio. Isso se expressa no mercado de trabalho”, reflete Maciel.

Números oficiais do governo, por sua vez, indicam que o surgimento de novos negócios não tem capilaridade nacional. De acordo com os dados de 2022, foram abertas 3,8 milhões

de empresas no Brasil, o que significou uma queda de 4,8% em relação ao ano anterior. Além disso, aproximadamente 1,7 milhão de empreendimentos fecharam as portas no mesmo período, um avanço de quase 20% na taxa em comparação a 2021, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Vale mencionar que a maior parte desses negócios era formada por Microempreendedores Individuais (MEIs) — que, em muitos casos, são apenas pessoas físicas que registram um CNPJ para oferecer serviços desregulados no mercado. Ainda segundo os mesmos dados, o ano de 2022 terminou com pouco mais de 20,1 milhões de negócios ativos no País. No fim de 2019, esse número era 18,4 milhões.

Na visão de Pina, da FecomercioSP, é importante olhar para números como esses a partir de uma realidade ainda desequilibrada. “É um fato que as cidades que aplicaram alguma regra de liberdade econômica tiveram efeitos inequívocos, mas a questão é que quem não o fez ainda enfrenta muitos entraves. O fato de ser uma lei principiológica de caráter federal dificulta a amplitude dos impactos, e as empresas nacionais querem vê-los imediatamente.”

Esse resultado imediato, ainda assim, é perceptível no ranking produzido pela Fundação Heritage, o principal que mede a liberdade econômica globalmente, sediada em Washington, nos Estados Unidos. Na lista, o Brasil ocupa a 127ª posição entre as nações consideradas “significativamente fechadas”, como Níger e Kiribati, na África; Bangladesh, na Ásia; e El Salvador, na América Central. Em 2017, o País estava na 140ª colocação. O ranking leva em conta critérios como liberdade de comércio e de investimentos, gastos do governo, sistema monetário e direitos de propriedade.

LIBERDADE CRÍTICA

Um artigo publicado em junho passado na prestigiada revista científica *Direito GV*, editada pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), indica que o crescimento relativo de empregos formais no Brasil está, na verdade, muito mais ligado ao fenômeno da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas — quando a jornada laboral é insuficiente em relação à disponibilidade de horas do trabalhador — do que à flexibilização possibilitada pela LLE e por outras legislações semelhantes. O estudo ainda argumenta que o levantamento é contaminado por incluir o aumento de postos temporários de trabalho no fim do ano, um fenômeno sazonal que não necessariamente reforça a tese de formalização maior. “Os direitos trabalhistas são apontados recorrentemente pelos reformistas como razão da ausência de competitividade do Brasil no cenário internacional, e a flexibilização desses direitos compreendida como necessária para a recuperação econômica pós-crise de 2008”, diz um trecho do texto, assinado por Murilo Gaspardo, professor no Departamento de Direito Público da Universidade Estadual Paulista (Unesp), e por dois pesquisadores da instituição, Letícia Santos e Artur Marchioni. “[Porém], os resultados econômicos apresentados após (...)

2017, entretanto, não corroboram a tese de que, com menos direitos aos trabalhadores, haveria mais geração de emprego e fortalecimento da economia”, completa.

De acordo com Luís Fernando Massoneto, que leciona no Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário (DEF) da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), é a falta de iniciativas do Estado que atrapalha o desenvolvimento econômico nacional, e não a sua presença exagerada. “Faltam condições de crédito, de organização do mercado e até mesmo de liberdade de decisão sobre a própria atividade econômica. Em paralelo, sobram setores protegidos e privilégios cujos efeitos atingem, principalmente, pequenos empreendedores. Eles precisam de mais proteção, não menos”, analisa.

O professor ainda destaca que o equívoco está na forma como a liberdade é entendida. “A LLE foi uma resposta para um falso problema, porque se baseia na ideia negativa de liberdade, de que o Estado intervém muito. Uma verdadeira liberdade econômica, porém, não pode deixar o poder econômico fazer o que bem entende”, diz. “Mesmo diante das críticas à nossa herança cartorial, que são válidas até certo ponto, tenho dúvidas se há um grande entrave. As regulações e os licenciamentos são demonstrações do Estado funcionando para proteger a economia”, completa.

Já entre os entusiastas, as avaliações críticas envolvem sempre o alcance. Para Maciel, do Mackliber, por exemplo, a grande fragilidade está justamente na necessidade de mobilização política local. “É uma lei que exige muito e, não à toa, ainda está em processo de implementação. Os recursos dos quais a legislação depende estão nas mãos de muitos atores, de âmbitos estadual e municipal. É um desafio”, afirma ele, citando o exemplo das análises de impacto regulatório, presentes no quinto artigo do texto. Isso significa que, desde 2019, para ser aprovado, cada projeto apresentado nos legislativos municipais depende da elaboração de uma análise da sua relação entre custo e benefício, ou seja, dos possíveis efeitos econômicos, financeiros e sociais envolvidos na mudança institucional. É um dispositivo conhecido pela sigla AIR (Análise de Impactos Regulatórios). “Exige uma capacidade técnica dos municípios a qual boa parte não possui. Mesmo os grandes têm dificuldades com isso. É o ponto mais complicado da lei, porque depende de uma equipe de funcionários pú-

blicos com capacidade de fazer esse tipo de análise”, completa Maciel. Pina, da FecomercioSP, concorda. “A regra do Poder Público é a inércia. Se ninguém fizer nada, tudo vai parar mesmo”, vocifera. O problema mais relevante, na visão dele, está no alcance limitado dos princípios de liberdade econômica estabelecidos no texto. Segundo o Instituto Millenium, apenas 118 cidades brasileiras aprovaram ao menos uma iniciativa ligada à legislação federal até o fim de 2022. Dentre os municípios, 53 adotaram o escopo total do texto. “Os resultados nunca poderão ser analisados pela ótica nacional, porque não vai chegar a todos os lugares. O que é importante observar é o nível estadual”, finaliza.

Fernanda, que sonha viver no país mais “economicamente livre do mundo”, segundo a lista da Heritage (Singapura), lembra que conseguiu abrir a última empresa em três dias, em virtude do fato de que o negócio foi catalogado na faixa dos de baixo risco estabelecida na LLE. “Em 2018, na minha primeira experiência, foi quase um mês esperando a papelada”, comenta ela. “Se fosse em Singapura, talvez eu conseguisse no mesmo dia”, finaliza.

“QUEBREI DOIS NEGÓCIOS NO PASSADO MUITO POR CAUSA DA BUROCRACIA QUE EXISTE PARA TOCAR UM NEGÓCIO NO BRASIL. O ESTADO NEM SEMPRE É O SEU SÓCIO – EM MUITOS MOMENTOS, É COMO UM RIVAL.”

FERNANDA HATSUKA, empreendedora,
sócia de startup na área de Saúde Mental

&



A balança desigual da Reforma Tributária

MÁRCIO OLÍVIO FERNANDES DA COSTA,
presidente do Conselho de Assuntos Tributários da FecomercioSP e vice-presidente da Entidade

De um lado, dúvidas, insegurança e riscos evidentes à economia do Brasil. De outro, alguns avanços — porém insuficientes — para, no mínimo, equilibrar os efeitos positivos e negativos sobre o texto da Reforma Tributária (PEC 45/2019), aprovado recentemente pelo Senado Federal. Resta saber o que ainda dá tempo de fazer para evitar os prejuízos de uma legislação que, claramente, não trará o oxigênio que o ambiente de negócios tanto precisa.

As previsíveis consequências negativas aos brasileiros, sobretudo ao empresário do comércio de bens e serviços — engrenagem do crescimento nacional —, estão pesando mais do que a própria natureza da mudança: aliviar a rotina já complicada do contribuinte.

Para as empresas, o documento traz uma série de incertezas, uma vez que muitos pontos dependem de regulamentação por meio de lei complementar. Diante disso, não há garantias de que a tão almejada simplificação seja alcançada. Mais do que isso, espera-se um iminente aumento na carga tributária, especialmente para os prestadores de serviços.

A primeira (e mais provável) consequência desse cenário é o aumento da judicialização, já que a reforma, como está, aumenta a insegurança jurídica quanto a procedimentos tributários. No médio e no longo prazos, porém, os efeitos serão sentidos principalmente nos Serviços, que terão de suportar uma carga de tributos maior, enquanto o País adentra um processo proporcional de redução de empregos justamente no campo que mais gerou vagas formais no ano de 2023.

Já para os micro e pequenos negócios, haverá um forte retrocesso em relação ao atual mecanismo de transferência de crédito nas aquisições de empresas optantes pelo Simples Nacional, pois será no montante equivalente ao cobrado

no regime único. Atualmente, a empresa optante do Simples Nacional transfere crédito integral de PIS e Cofins, no percentual de 9,25%, o que garante sua competitividade. Afinal, com uma alíquota no patamar de 27,5%, fatalmente haverá uma “corrida” pelo crédito integral a fim de que a carga final, considerando débitos e créditos, seja a menor possível. Os negócios de pequeno porte terão, agora, duas opções: manterem-se integralmente no Simples Nacional, mas com perda de competitividade, ou excluir os novos tributos no regime diferenciado e, então, assumir uma carga tributária e um custo no cumprimento de obrigações acessórias maiores.

Isso sem contar a alíquota do IVA — que, se ficar como previsto pelo próprio Ministério da Fazenda, será a maior do mundo (27,5%) — e o longo período de transição, que fará com que os contribuintes passem por sete longos anos convivendo com dois sistemas tributários simultâneos. Isto é, se hoje lidamos com um modelo considerado um “manicômio tributário”, ao deixá-lo agir por mais sete anos, ao mesmo tempo que é instalado um outro formato, cheio de questões não respondidas, como poderíamos avaliar essa situação senão como grave?

Há ainda preocupação sobre as alterações de tributos que não incidam sobre o consumo — como o Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana (IPTU) —, que permitem às prefeituras alterarem a base de cálculo do imposto por decreto. Trata-se de uma ofensa ao princípio da legalidade e enseja em possibilidade de majoração de imposto sem a necessidade de lei.

O LADO MAIS BRANDO

Dentre as alterações promovidas no Senado, a inclusão de uma “trava” à elevação de impostos é, sem dúvida, positiva, já que impedirá que os

novos tributos (IBS, CBS e IS) tenham carga tributária superior aos atuais PIS/Pasep, Cofins, IPI, ISS e ICMS.

Cabe, ainda, mencionar o fato de que algumas atividades do setor de Serviços contempladas nos pleitos poderão ter redução de até 60% nos tributos. A inclusão de uma nova alíquota reduzida no percentual de 30% para profissionais regulamentados, como contadores, também é positiva, já que se trata de um serviço prestado de forma personalíssima.

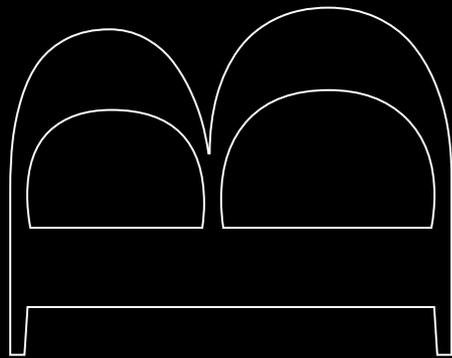
A previsão de regimes específicos para outras atividades, como nos serviços do Turismo ou aqueles que promovam a economia circular, também é vista com bons olhos — ainda que o correto (e justo) seria que o setor fosse inteiramente contemplado com a redução sobre a alíquota referencial.

Para o Comércio, a concretização do benefício a produtos da cesta básica, que terão alíquotas zero de IBS e CBS, também é relevante. Levando em conta que o Senado fez aprimoramentos no dispositivo, mediante a criação da cesta básica estendida (cuja redução da alíquota é de 60%), esse é um dos pontos altos do documento. Por fim, a garantia de que o novo Imposto Seletivo (IS) não incidirá sobre exportações, nem sobre operações com energia elétrica e telecomunicações, é outro aspecto importante.

Citando a expressão popular, no “frigor dos ovos”, o governo não está fazendo jus aos princípios de simplificação, modernização e desburocratização que deveriam permear toda e qualquer mudança no nosso atual sistema tributário. Em vez disso, segue não olhando para a própria dimensão e as próprias despesas, forçando ainda mais um dos pratos da balança — justo aquele que a sociedade sustenta.

No médio e no longo prazos, os efeitos serão sentidos principalmente nos Serviços, que terão de suportar uma carga de tributos maior, enquanto o País adentra um processo proporcional de redução de empregos justamente no setor que mais gerou vagas formais no ano de 2023





Nos últimos anos, a economia mundial foi fortemente impactada pela pandemia e pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Atualmente, a questão sanitária já foi superada, e os impactos desse conflito bélico, aparentemente, “absorvidos”. Contudo, mais recentemente, dois novos fatos voltaram a gerar incertezas no cenário internacional: a guerra no Oriente Médio e a evolução da economia norte-americana.

Sobretudo em relação ao conflito armado, a incerteza reside na possibilidade de extensão da guerra. Se esta ficar restrita a Israel e Hamas, pode-se dizer que os impactos sobre a economia mundial serão bastante limitados. Por outro lado, se o conflito se espalhar pela região e envolver países produtores de petróleo, afetará a oferta mundial do produto, elevando, como consequência, os preços — que já sofriam reflexos antes do conflito pela decisão de Rússia e Arábia Saudita de reduzir a oferta do produto — e pressionando a inflação mundial. Dessa forma, assistimos a uma nova onda de elevação de juros nas principais economias do mundo e desaceleração do nível de atividade. Aqui, cabe observar que tudo isso é uma possibilidade, e não uma certeza.

Outro fator de dúvida neste momento se refere à evolução das taxas de juros nos Estados Unidos, variável extremamente relevante para os rumos da economia global. A inflação estadunidense (medida em 12 meses), que caiu de 9,1%, em junho de 2022, para 3,7%, em setembro de 2023, mostra resistência em continuar declinando. Uma coisa é reduzir a inflação de 9% ou 10% para 3,7% ou 4%; outra é reduzir de 3,7% ou 4% para 2% — e isso está se verificando na medida em que, mesmo com juros altos, o nível de atividade do país continua aquecido, com expansão anualizada do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,9% no terceiro

BRASIL E AS INCERTEZAS EXTERNAS

trimestre, e o mesmo acontecendo com o mercado de trabalho. Esse quadro deve levar o FED (banco central dos Estados Unidos) a manter as taxas em patamares elevados por um período mais longo, ou até mesmo promover novas elevações. Considerando que a economia daquele país apresenta déficits públicos elevados, juros altos comprometem ainda mais a dinâmica da dívida. E mais: o envolvimento norte-americano em duas frentes de guerra devem elevar ainda mais os gastos públicos, em decorrência do aumento das despesas militares, agravando ainda mais o cenário. Expansão da política fiscal implica juros elevados para manter a inflação sob controle. Uma visão nesse sentido pode ser observada pelas taxas de juros nos títulos do Tesouro de dez anos (atualmente em 5%, contra uma média histórica de 1%).

Essa conjuntura imprecisa pode afetar a economia brasileira de várias formas: a) uma desaceleração da economia mundial pode impactar tanto os preços das commodities como a quantidade exportada pelo País; b) como incerteza é sinônimo de volatilidade, a taxa de câmbio pode apresentar muita oscilação nos próximos meses; c) a política de juros do Banco Central (Bacen) pode se tornar mais cautelosa, e o ritmo de redução de 0,5 ponto porcentual (p.p.) deve ser mantido no curto prazo, tornando bem menos provável a aceleração dessa queda. Além disso, a conclusão do processo de redução deve se dar a uma taxa maior que a inicialmente prevista.

Esse é um processo que afeta não somente o Brasil, mas todas as nações emergentes. Os mais prejudicados serão aqueles que apresentarem fundamentos econômicos frágeis. Considerando que o País tem elevado volume de reservas internacionais, e a inflação está em declínio, o maior desafio está concentrado no ajuste fiscal, de forma a garantir uma evolução saudável da relação entre dívida e PIB.



ANTONIO LANZANA,
copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP e professor na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC)



UMA CONJUNTURA DE RÉDEAS FROUXAS

PAULO DELGADO,
sociólogo e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP

A violência no mundo (e nas cidades brasileiras) começa a evidenciar a dificuldade que as nações democráticas lidam ao enfrentar as criminalidades política e geral. O terrorismo quer desfraldar a bandeira dos bons confundindo barbárie com luta política por direitos. A Organização das Nações Unidas (ONU) não consegue se unir em torno da condenação do terror e da violação de fronteiras nacionais. As guerras na Ucrânia e em Gaza são sinais de alerta para os riscos que corre a paz mundial. O posicionamento contemporizador e ambíguo da diplomacia brasileira em reação aos dois conflitos nos expulsa do tabuleiro das decisões mundiais.

No Brasil, o crime nas grandes capitais se oferece como emprego quando o Estado não consegue dar respostas às dificuldades econômicas das pessoas — e o impasse de definir prioridades nas reformas constitucionais necessárias é um mau sintoma do que rola nos bastidores do governo. Quando a estabilidade política é valorizada, independentemente do crescimento econômico, ambos ficam comprometidos. Uma boa governança social pressupõe uma boa governança fiscal e financeira.

Os riscos fiscais continuam agravados por divergências públicas dentro do próprio governo, com destaque para os posicionamentos do presidente Lula e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em relação ao equilíbrio das contas públicas, sinalizando as dificuldades de uma Reforma Administrativa que ajuste os gastos do Estado à realidade do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. O governo federal dá mostras de que não tem como prioridade programas de incentivo a parcerias privadas, o que pode produzir um freio nas expectativas de atrair capital estrangeiro para investimento interno. E a sociedade, desorganizada, insiste em um comportamento

passivo à espera das decisões de Brasília. Sem perceber os efeitos da perda de importância da agenda liberal no Brasil, o governo pode dificultar a maior inserção da economia nacional nas cadeias de produção e comércio internacionais.

Quanto à Argentina, embora o peronista Sergio Massa tenha surpreendido e vencido o primeiro turno, o antiperonista Javier Milei foi o grande vencedor no segundo turno.

Já o governo brasileiro, sem pauta prioritária, vai conduzindo a conjuntura política com rédea frouxa e envolvido em inúmeras dificuldades internas de decisão colegiada. De um lado, ainda não sabe como encaminhar propostas sobre meta fiscal no Congresso e se deve continuar ou não indiferente à necessidade de fazer uma reestruturação administrativa do Estado. De outro, a errática composição do Ministério, com partidos sem lealdade absoluta, obriga o governo a se multiplicar em diferentes frentes e candidatos para a sucessão das mesas do Congresso que já começou — embora a eleição seja somente no ano que vem.

A questão mais urgente, porém, continua sendo a preocupação sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma Tributária, aprovada pelo Senado, uma vez que o texto, em muitos aspectos, não condiz com um sistema de boa, justa e simples tributação. Se todos devem pagar, que seja na proporção da sua capacidade, inclusive de forma compreensível e fácil de calcular. Se, no entanto, penalizar injustamente cidadãos e setores, impuser alíquotas insensíveis ao custo de vida, subsidiar incompetentes e manter privilégios, seguiremos com a reforma tal como está: injusta e inadequada. Um IVA malfeito freia o crescimento, comprometendo a produtividade das empresas, a capacidade dos consumidores e o horizonte de poupança das famílias.





Reforma Administrativa

O Conselho Superior de Direito da FecomercioSP, em parceria com a Academia Internacional de Direito e Economia (Aide), realizaram, no dia 24 de novembro, o evento **Reformas Administrativa e Tributária**. O encontro reuniu especialistas das áreas Jurídica, Política e Econômica que abordaram pontos fundamentais sobre como seria uma Reforma Administrativa viável, além de aspectos do texto aprovado pelo Senado referente à nova legislação tributária. O anfitrião do encontro foi o presidente do conselho, Ives Gandra Martins, e, dentre os palestrantes convidados, esteve presente Michel Temer, ex-presidente da República.

Conferência Ethos 360°

A **Problemas Brasileiros**, mais do que um ambiente de discussões importantes para o País, é parceira de instituições que lutam por causas em prol da melhoria da qualidade de vida da população, a exemplo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. A equipe da **PB** esteve presente durante os dias 21 e 22 de novembro, no Expo Barra Funda, em São Paulo, na Conferência Ethos 360°. A revista realizou uma série de gravações com as principais lideranças e os representantes da sociedade civil acerca de temas fundamentais para o desenvolvimento nacional, como desigualdades sociais, meio ambiente, direitos humanos, diversidade, entre vários outros. As entrevistas serão publicadas nos canais da **PB** em breve.

SP: 470 ANOS

Em janeiro de 2024, a maior metrópole da América do Sul chega aos 470 anos de história. Com um horizonte impressionante, a capital paulista — que se tornou testemunho visual da pujança econômica e do dinamismo singular — ficou conhecida como “a cidade que nunca dorme”, além de centro financeiro e polo de negócios e das mais diversas culturas. São incontáveis as denominações para o cenário onde tudo acontece. Assim, em comemoração à data, o site da **PB** fará uma reportagem especial de aniversário do município, ressaltando a sua representatividade para os paulistanos e para o mundo. A matéria, que será publicada no dia 25 de janeiro, trará, ainda, curiosidades como o fato de a região da cidade ter sido o mais importante território aurífero do Brasil colonial, antes mesmo de Minas Gerais.

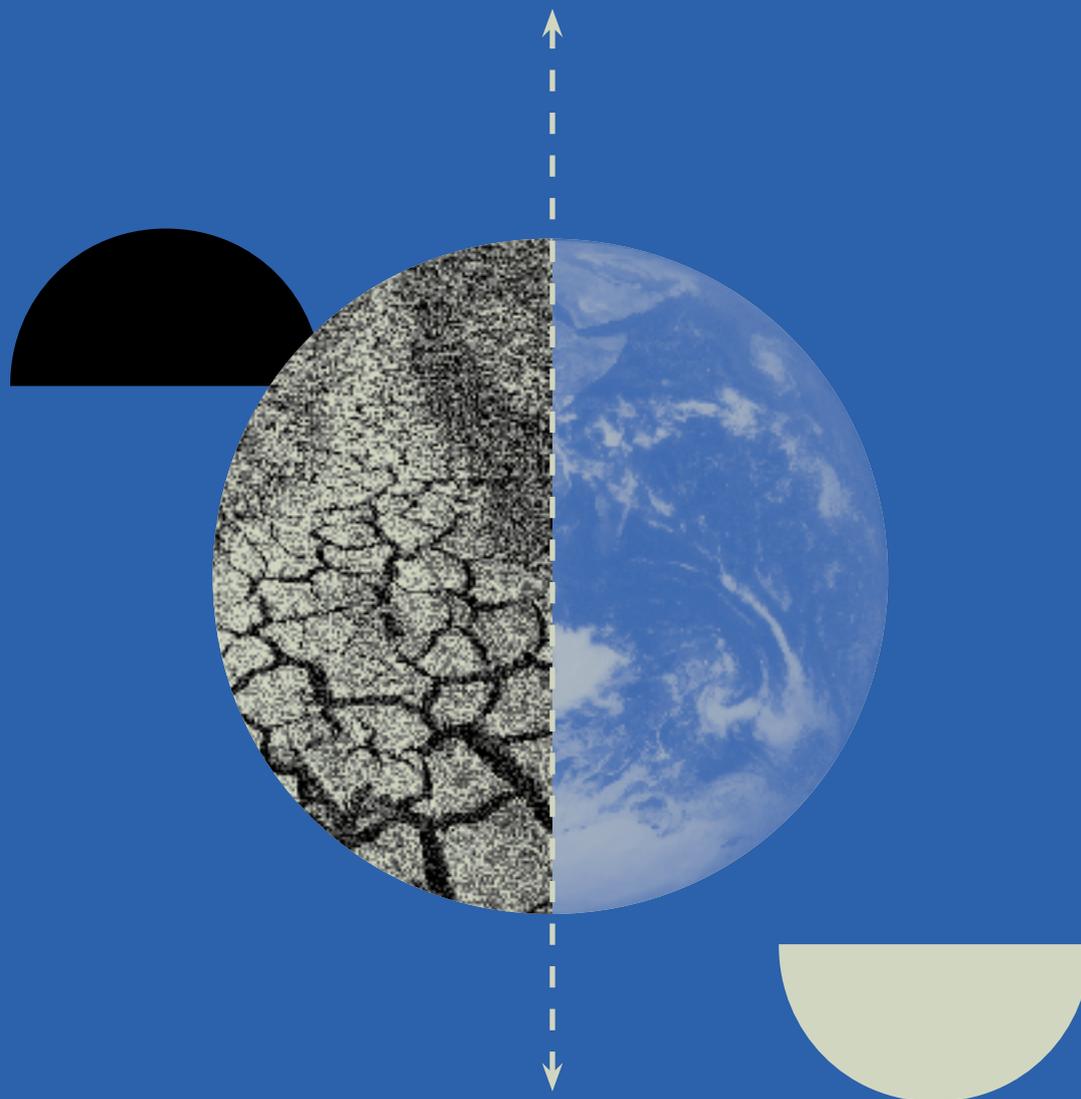


Fotos: Um Brasil

Produtividade em debate

O Canal **UM BRASIL** e a Revista **Problemas Brasileiros** — realizações da FecomercioSP — estiveram presentes no VII Fórum Mackenzie de Liberdade Econômica. Sob o tema **60 anos de atuação do Poder Público**, o painel da **PB** contou com as participações de Antonio Lanzana, copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da Entidade, e Ulisses Gamboa, economista e professor na Universidade Mackenzie. A escolha do tema discutido se deu em razão das ações em comemoração dos 60 anos da revista, celebrados ao longo de 2023. O conteúdo foi publicado no Canal **UM BRASIL**, no YouTube.





A AMPLA AGENDA PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA



CAIO MAGRI,
*diretor-presidente do
Instituto Ethos*

Vivemos em um planeta tocado pela ação antrópica, ou seja, grande parte de tudo o que existe no mundo sofreu a interferência do ser humano. As consequências disso, historicamente, são inúmeras. Algumas são instantaneamente percebidas, outras podem levar décadas ou séculos até que “a conta chegue”. Independentemente de qual seja o caso, a curto ou a longo prazo, a cons-

cientização e a adoção de iniciativas em escala global são urgentes para mudar esses cenários.

O Instituto Ethos realizou recentemente, com apoio de organizações não governamentais, movimentos sociais, populações tradicionais e originárias, governos locais, comunidade científica e setor privado, a 5ª Conferência Brasileira de Mudança do Clima, na cidade de Natal, no Rio

Grande do Norte (RN). Durante três dias, debatemos com autoridades federais, estaduais e municipais, além de especialistas e representantes da iniciativa privada, a agenda das mudanças climáticas e da proteção ambiental, com foco em uma governança que apoie os processos de descarbonização. Obviamente, não é possível idealizar em um único evento todas as soluções necessárias para as mudanças climáticas, mas pudemos ter a certeza de dois pontos, com base em dados e falas dos palestrantes: não há mais tempo a perder na busca pela mitigação dos impactos da mudança climática, ao mesmo tempo que já existe uma conscientização sobre essa urgência por boa parte da sociedade.

No mês de julho de 2023, presenciamos um desses fenômenos nada naturais, que são reflexos de um planeta no limite. O mês foi o mais quente da história recente do planeta, segundo dados divulgados pelo Serviço de Mudança Climática Copernicus (C3S), da União Europeia. A temperatura média de julho de 2023 em todo o globo foi de 16,95 graus Celsius (°C). O novo recorde indica que, durante praticamente todo o mês, a temperatura média global esteve 1,5 °C acima do valor que atingiu na era pré-industrial, em meados do século 19.

Eventos extremos como esse, que caracterizam a mudança do clima, atingem a população do mundo todo de maneiras diversas. Além do aumento das temperaturas globais, estamos presenciando outras mudanças igualmente preocupantes, como os aumentos progressivos de queimadas florestais, enchentes, inundações e chuvas fora de época, bem como secas e geadas que fogem da padronização climática à qual estávamos adaptados. Adaptação, inclusive, é um fator essencial para vivermos, e sobrevivermos, na Terra. Esses eventos são cada vez mais frequentes e com maior escala e intensidade, resultando, na maior parte das vezes, na perda irreparável de vidas e da biodiversidade, além de econômica.

Há, ainda, outra abordagem a ser avaliada com atenção. Estudo de 2021 da Universidade de Oxford, na Inglaterra, demonstra que 10% das pessoas mais ricas da população mundial são responsáveis por 52% das emissões de dióxido de carbono (CO₂) globais, enquanto 50% das pessoas mais pobres são responsáveis por apenas 7% das emissões em todo o mundo. Isto é, aqueles que mais contribuem para a acentuação da mudança do clima são, muitas vezes, os que menos sofrerão as consequências.

Historicamente, as populações mais pobres são as mais impactadas pelas questões climáticas, justamente por serem relegadas a habitar áreas de maior risco, sujeitas a deslizamentos de terra, alagamentos ou até mesmo problemas de saúde causados por moradias próximas a plantas industriais, lixões e aterros sanitários. Nesses casos, mais do que questões climáticas, são aspectos sanitários e de saúde e bem-estar. Portanto, não é mais possível pensar em uma agenda climática desassociada da agenda de direitos humanos e de enfrentamento das desigualdades sociais. As soluções precisam dar conta do conjunto de desafios postos para a redução das desigualdades e a proteção e garantia dos direitos humanos.

Se, até o momento, a ciência foi protagonista e liderou as ações a respeito da urgência no enfrentamento da crise climática, agora, precisamos que um conjunto de áreas, envolvendo setores diversos que estejam alinhados e comprometidos com os direitos humanos. É preciso conduzir as iniciativas para mudar esse cenário de forma ágil e efetiva, seja por meio de políticas públicas, seja por meio da construção de um arcabouço regulatório ao setor privado.

O combate à crise climática só será efetivo mediante o combate às desigualdades e a busca por um mundo mais equitativo e melhor para todos. Para isso, precisamos buscar equilíbrio e construir boas práticas que sejam progressivamente menos degradantes, menos exploratórias e menos predatórias. Parte essencial das ações necessárias para mudar esse cenário está na preservação e na conservação dos biomas e da biodiversidade presentes no Brasil, optando por soluções que sejam baseadas na natureza. Ao mesmo tempo, essas iniciativas precisam servir de ferramenta de inclusão, de redução das desigualdades e de garantia dos direitos humanos para todos.

É preciso estimular a manutenção e a proteção de áreas habitadas por populações tradicionais, bem como defender e garantir a segurança física das pessoas que se colocam na linha de frente da preservação dos territórios. É fator essencial a busca por novas alianças e novos caminhos. A mudança do clima, no fim das contas, nada mais é do que um chamado a todos que ainda possam fazer a diferença para o futuro global.

&

O COMBATE À CRISE CLIMÁTICA SÓ SERÁ EFETIVO MEDIANTE O COMBATE ÀS DESIGUALDADES E A BUSCA POR UM MUNDO MAIS EQUITATIVO E MELHOR PARA TODOS





O DESAFIO DE SUPERAR O DESENVOLVIMENTISMO

Nos últimos 60 anos, o Brasil se viu anestesiado pelos ganhos, pelos custos e pelas distorções das políticas desenvolvimentistas. Mesmo assim, ainda não se livrou das próprias ideologias nacionalistas e políticas protecionistas e setoriais. A história da Revista *Problemas Brasileiros*, sob essa ótica (e parafraseando o sociólogo Francisco de Oliveira), é como um ornitorrinco de eventos que revelam a complexa e desafiadora trajetória econômica nacional.

VLADIMIR FERNANDES MACIEL,
economista pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP), mestre em Economia de Empresas e doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV-SP) e coordenador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica (Mackliber)

1963–1973: DA RESSACA DO PLANO DE METAS À CRISE DO PETRÓLEO

No ano de lançamento da **PB**, lidávamos com a “ressaca” do Plano de Metas, que tinha a crença no desenvolvimento queimando etapas (“Cinquenta anos em cinco”). Apesar de ter experimentado um crescimento econômico inegável no período anterior, a Nação enfrentava desafios consideráveis, como a inflação acelerada — pressionando o bolso dos brasileiros —, o déficit público crescente e as reservas internacionais em queda.

O período foi marcado por agitação social, e o contexto geopolítico tenso da Guerra Fria, agravado pela Revolução Cubana, acabou culminando em um golpe militar em abril de 1964, período que pode ser dividido em duas fases. A primeira, de 1964 a 1967, marcada por um caráter reformista, com o objetivo de restabelecer a estabilidade econômica. Já a segunda, de 1968 a 1973, ficou conhecida como o “milagre econômico”, com baixo desemprego, inflação moderada e um aumento nas reservas cambiais.

A fase reformista foi abalada pela dupla de ministros Roberto Campos e Octávio Gouveia Bulhões, responsáveis por modernizações institucionais, como a criação do Banco Central do Brasil (Bacen); a reforma tributária; as instituições do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH); e as reformas trabalhistas, compondo o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outras medidas. Essas ações culminaram, ainda, no controle da inflação e do déficit público.

Durante o ciclo desse “milagre econômico”, o Brasil alcançou taxas “chinesas” de crescimento da economia, atingindo, inclusive, 14% ao ano (a.a.) — movido por maior intervenção do governo na economia (aumento do número de empresas estatais, subsídios, proteção tarifária etc.). Em outubro de 1973, em decorrência de uma série de fatores, inclusive a Guerra do Yom Kippur entre Israel e os vizinhos árabes, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) implementou um embargo ao petróleo naquele mesmo mês, restringindo as exportações do produto para países que eram vistos como apoiadores de Israel, como os Estados Unidos e outras nações ocidentais. Isso provocou uma escalada nos preços do insumo e desencadeou o chamado “choque do petróleo de 1973”, gerando consequências significativas para o Brasil e as demais economias do mundo.

1974–1982: DA CRISE DO MILAGRE BRASILEIRO À CRISE DA DÍVIDA EXTERNA

A história econômica do Brasil entre 1974 e 1982 refletiu o declínio do auge da atividade produtiva. O governo estava dividido entre dois cenários: um choque transitório e a necessidade de conter o déficit na balança comercial e a pressão inflacionária por meio de medidas de austeridade quanto à economia, sob a visão de Mário Henrique Simonsen, então ministro da Fazenda. Já de acordo com João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento, por seu turno, o choque do petróleo revelava a fragilidade e a dependência da economia brasileira em relação aos insumos importados. Dessa forma, a política de substituição de importações deveria ser aprofundada e, enfim, chegar ao ápice com a produção doméstica de bens intermediários e bens de capitais. Era a última chance, de acordo com o espírito da época, de o Brasil ter uma estrutura produtiva de país desenvolvido e alcançar o “primeiro mundo” — o “último trem para Paris”, segundo o ministro do Planejamento.

A visão vitoriosa dentro do governo foi de Reis Velloso. Em 1975, lançava-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que buscava, novamente por meio do planejamento estatal, avançar com o processo de substituição de importações, perspectiva que trazia três problemáticas: intervenção estatal significativa, complexa e repleta de riscos; negligência em relação ao capital humano; e possíveis consequências da massiva alocação de recursos em investimentos industriais e infraestrutura sobre o consumo e as importações, inclusive de petróleo. Assim, a única maneira de manter esse nível de atividade econômica era recorrendo ao endividamento externo, que se beneficiava da abundância de recursos no mercado internacional em virtude dos “petrodólares” oriundos dos países exportadores do óleo. Esses petrodólares eram depositados em bancos internacionais, principalmente nos Estados Unidos, cujos fundos eram frequentemente utilizados para financiar empréstimos a outros países ou investimentos em ativos estrangeiros.

A continuidade do aumento da inflação e a necessidade de empréstimos externos para oxigenar a economia culminaram na crise da dívida externa, no começo dos anos 1980, levando o País a buscar a renegociação de empréstimos e a enfrentar uma série de medidas de austeridade que afetariam a economia e a população pelos anos seguintes.

1983–1993: DA HIPERINFLAÇÃO À ABERTURA ECONÔMICA

No início dos anos 1980, o Brasil recorreu a desvalorizações cambiais e buscou saldos comerciais a todo custo, enquanto enfrentava a inflação acentuada. A pobreza e a miséria, especialmente urbana, aumentaram significativamente, fruto da combinação perversa de inflação e desemprego elevados. A conta a pagar do período de “crescer a qualquer custo” foi elevada. E na tentativa frustrada de conter a inflação, o País introduziu o Plano Cruzado, o Plano Cruzado II, o Plano Bresser, o Plano Verão, o Plano Collor I e o Plano Collor II, que, basicamente, recorriam ao congelamento de preços e salários e negligenciavam a causa subjacente da emissão monetária desenfreada e do desequilíbrio nas contas públicas.

Após o fim da ditadura, em 1985, uma série de reformas políticas devolveu o Brasil à normalidade de uma democracia liberal, incluindo eleições diretas para todos os cargos eletivos, uma Constituição elaborada por Assembleia Constituinte eleita e a promoção da participação popular por meio de conselhos e consultas públicas previstos a partir das novas leis. No âmbito econômico, o Brasil começou a abrir a economia no início dos anos 1990, inicialmente no comércio exterior e, mais tarde, no mercado financeiro, possibilitando quebra de reservas de mercado, preços mais competitivos para mercadorias e estímulos à modernização e ao aumento da produtividade. O País, então, retornava à normalidade ao se reintegrar ao circuito regular da economia mundial.

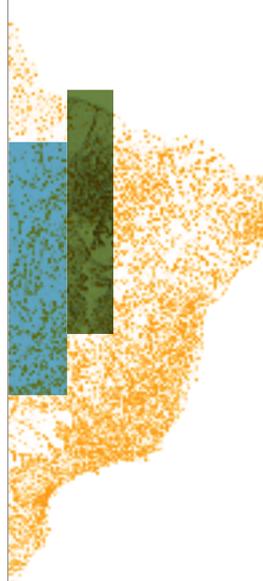
1994–2002: DA ESTABILIDADE MONETÁRIA ÀS REFORMAS ECONÔMICAS

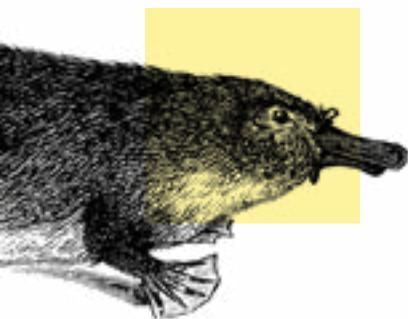
O intervalo entre 1994 e 2002 representa um momento importante na busca pela estabilidade monetária e pela implementação de reformas econômicas cruciais à Nação. Em 1994, o Plano Real permitiu um maior controle da inflação e, nos anos seguintes, o governo buscou desregulamentar e continuar a abertura da economia, reduzir o papel do Estado, privatizar empresas estatais e reformar o sistema previdenciário, visando à eficiência econômica e aos investimentos estrangeiros. Como decorrência, a liberdade econômica, que havia se reduzido nas décadas anteriores, passa a crescer.

No entanto, duas crises internacionais (México em 1994–1995 e Rússia em 1998), juntamente com a crise cambial de 1999, testaram a resiliência do programa. Foi nesse contexto que se estabeleceu o tripé básico de estabilidade econômica, com controle da dívida e do déficit públicos, meta de contenção da inflação e regime de câmbio flutuante.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a renegociação das dívidas de Estados e municípios e o enfrentamento dos desafios fiscais do período anterior foram cruciais para o controle dos gastos públicos, uma vez que permitiram a obtenção de superávits primários, nos quais as receitas de arrecadação tributárias superavam as despesas não financeiras, contribuindo para a sustentação do tripé econômico. As privatizações, por sua vez, não se limitaram às empresas industriais, mas também a empresas de serviços (como as de telefonia), que passaram a ser muito mais acessíveis e modernos.

Por outro lado, o gasto público na administração direta crescia, assim como a carga tributária, por basicamente dois motivos: a expansão das responsabilidades e das despesas — graças à Constituição de 1988 — e a necessidade de comportar, na máquina pública, os partidos que compunham a base governista, em um modelo chamado “presidencialismo de coalizão”.





2003–2013: DA HERANÇA REFORMISTA AO RETORNO DESENVOLVIMENTISTA

O período de 2003 a 2013 marcou a mudança de uma abordagem reformista para um retorno ao desenvolvimentismo. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu a Presidência da República em 2003, herdou uma economia estável, mas a ritmo reduzido de crescimento, após o sucesso do Plano Real e as reformas dos anos anteriores. O Brasil estava se tornando uma das maiores economias emergentes do mundo.

O cenário externo favorável pelo crescimento da demanda por commodities (puxado pela China) possibilitou que o País, por meio do agronegócio e do setor extrativo mineral, se tornasse um eficiente exportador. Somam-se a esse avanço a consolidação e a expansão das políticas redistributivas, resultando em redução do desemprego e aumento da renda. Era a ascensão da “nova classe média”. Em 2008 e 2009, porém, o mundo sofre profunda crise originada no mercado financeiro dos Estados Unidos e da Europa, a chamada “Grande Recessão”. A resposta doméstica foi aumentar a intervenção estatal por meio do crescimento da despesa e dos investimentos públicos. Sob inspiração do II PND, é lançado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com vitória da “ala desenvolvimentista” do governo. A velha ideologia retornara ao poder, porém travestida de modernidade.

Tal abordagem, conhecida como “novo desenvolvimentismo” e “nova matriz econômica”, visava impulsionar o crescimento e reduzir a desigualdade social. No entanto, na contramão do esperado, trouxe aumento da inflação e desequilíbrios fiscais, piorando os indicadores de liberdade econômica. Herança para o País: redução do livre fluxo de recursos e busca interminável por equilíbrio entre políticas de estímulo ao crescimento e necessidade de estabilidade da economia.

2014–2022: DA RECESSÃO AO RETORNO DAS POLÍTICAS LIBERALIZANTES

O intervalo entre 2014 até 2022 marcou a transição de uma recessão para a implementação de políticas econômicas mais liberalizantes. Instala-se uma estagnação profunda a partir do segundo semestre de 2014, causada, dentre outros fatores, por queda nos preços das commodities, desequilíbrios fiscais, redução dos investimentos e escândalos de corrupção. O Produto Interno Bruto (PIB) do País encolheu, o desemprego aumentou e a inflação se elevou.

Contudo, a partir de 2016, o governo de Michel Temer implementou a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, que limitou as despesas públicas, e a Reforma Trabalhista, que flexibilizou a legislação no mercado profissional. Além disso, o tripé macroeconômico foi retomado. Isso tudo se refletiu na melhoria dos índices de liberdade econômica do País.

Durante o mandato de Jair Bolsonaro, a partir de 2019, houve a aprovação da Reforma da Previdência e a privatização da Eletrobras. Do ponto de vista institucional, uma série de leis visavam melhorar o ambiente de negócios, como a Lei da Liberdade Econômica, a Lei do Ambiente de Negócios, a autonomia do Bacen, o Marco Legal do Saneamento, o Marco Legal das Ferrovias e o Marco Legal das Startups. Mas o Brasil se viu diante da necessidade de conciliar o estímulo ao crescimento econômico com a imprescindível estabilidade fiscal, ao mesmo tempo que enfrentava uma crise sanitária de proporções inéditas, com início em 2020.

1963–1973

Agitação social e contexto geopolítico tenso da Guerra Fria, agravado pela Revolução Cubana, culminam no golpe militar em abril de 1964. Reformas econômicas e contexto favorável resultam em um período de “milagre econômico”.

1974–1982

Crise do Petróleo marca o início de um período ainda mais intervencionista e turbulento que moldaria o cenário econômico do Brasil nos anos seguintes.

1983–1993

Pobreza e miséria aumentam em virtude da crise da dívida externa, da inflação e do desemprego elevados.

1994–2002

Estabilidade monetária e reformas econômicas abrangentes trazem o País de volta à trajetória de progresso. Avanço da liberdade econômica.

2003–2013

“Novo desenvolvimentismo” traz aumento da inflação e desequilíbrios fiscais, piorando os indicadores de liberdade econômica. Ascensão da “nova classe média”.

2014–2022

Políticas econômicas com orientação ao mercado, incluindo a Reforma da Previdência e a privatização da Eletrobras, melhoram ambiente de negócios.

2023

Volta das ideologias protecionistas, nas quais despesas e investimentos públicos visam restabelecer o crescimento econômico. Aprovação da Reforma Tributária.

2023: UM “ORNITORRINCO” EM BUSCA DE NORMALIDADE

O ornitorrinco é um animal que combina características de mamíferos, aves e répteis. Assim como ele, o Brasil é uma nação que une características de economias desenvolvidas e emergentes. O ano de 2023, que celebra os 60 anos da Revista **Problemas Brasileiros**, é um período de transição para a economia nacional, cuja busca pela retomada do crescimento ainda se mantém — mas não está sendo fácil. A ideologia desenvolvimentista retornou à pauta, e o gasto público voltou a ser considerado motor para o crescimento.

Um dos eventos econômicos mais notáveis do ano foi a aprovação da Reforma Tributária pelo Plenário do Senado. Mesmo com o potencial de simplificar, a estimativa — ao contrário do esperado — é de aumento considerável das alíquotas no setor de Serviços e aumento da carga tributária como um todo. Além disso, em decorrência da influência de grupos de interesse organizados, essa reforma poderá introduzir distorções na alocação de recursos e investimentos privados.

Outras duas questões importantes: o rápido envelhecimento da população brasileira, revelada pelo Censo Demográfico de 2022, e a estagnação da produtividade média desde a década de 1980, conhecida como a “armadilha da renda média”. O País alcançou o status de uma nação de renda intermediária, mas enfrenta dificuldades em progredir para uma economia de renda alta. Sustentar uma nação, o próprio sistema previdenciário e as despesas com a Saúde para uma população envelhecida será desafiador sem ganhos significativos de produtividade. Nesse contexto, a melhoria do ambiente de negócios, a ampliação da liberdade econômica, a educação, o aumento da intensidade de capital e os avanços tecnológicos se apresentam como os únicos meios estáveis para impulsionar o aumento da eficiência e a superação do desenvolvimentismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que encerramos nossa jornada pelos últimos 60 anos da economia nacional, fica claro que o Brasil é um país que se destaca pela capacidade única de surpreender e desafiar as expectativas.

Chegando ao fim de 2023, o País continua a busca por normalidade, elusiva, quase como um “ornitorrinco” na economia global. Aprendeu com erros e triunfos, avançou e recuou, mas ainda não encontrou um caminho definitivo para o progresso econômico sustentável.

A economia nacional é um reflexo das complexidades de uma nação diversificada e dinâmica. Ainda sob um futuro econômico incerto, tem o potencial de superar desafios e alcançar a prosperidade. Mas, para isso, será necessário que enfrente as adversidades estruturais, como a pobreza associada à desigualdade social e à baixa produtividade.

&



DUZENTOS ANOS DA PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

Principal polo de comércio popular do País, a Rua 25 de Março, no centro de São Paulo, evoca uma data cujo significado é bem menos conhecido: nesse dia, há 200 anos, D. Pedro I outorgou a primeira Constituição do Brasil. Foi a Carta Magna de maior duração até hoje, das sete que tivemos. Ao ser revogada pelo governo republicano, em 1889, após 65 anos, era a segunda Constituição escrita mais antiga do mundo, superada apenas pela dos Estados Unidos.

texto HERBERT CARVALHO

A Constituição de 1824 resultou da tentativa de conciliar os princípios do liberalismo à manutenção das estruturas social, econômica e política do Estado monárquico e escravocrata que emergiu da Independência. Definida como forma de governo a monarquia hereditária, constitucional e representativa, a ser exercida pelo imperador e por uma Assembleia Geral composta por duas câmaras, uma de deputados e outra de senadores.

Ao mesmo tempo em que a América Espanhola se fracionava numa miríade de Estados, a Constituição garantiu a unidade territorial da ex-colônia portuguesa por meio de uma vigorosa centralização político-administrativa capaz de resistir ao turbulento período da Regência, marcado por revoltas regionais, entre 1831 e 1840.

Emendado apenas uma vez, o texto proporcionou estabilidade política durante os fatos

que deram forma à Nação na sua evolução econômico-social durante o período do Império: a supressão do tráfico de escravizados, a Guerra do Paraguai, o início do protecionismo e da industrialização e a abolição da escravidão.

A quase totalidade dos 179 artigos dispunha sobre a organização do Estado e do governo. O último deles de, acordo com a redação adotada, mas de primordial relevância, assegurava “a inviolabilidade dos Direitos Cívicos e Políticos dos cidadãos brasileiros” por meio de 35 parágrafos que consagravam o lar como asilo inviolável, o sigilo da correspondência, a exigência de culpa formada para se impor a prisão e os direitos de reunião e liberdade de pensamento. Além disso, extinguíam as corporações de ofícios e aboliam açoites, torturas, marcas de ferro quente e outras penas cruéis do período colonial. Alguns dos demais dispositivos soam atuais ainda hoje: “A instrução primária é gratuita a todos os cida-

ãos”; “Ninguém será isento de contribuir para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres”; e “As cadeias serão seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para a separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza dos seus crimes”.

A Constituição foi elaborada pelo Conselho de Estado — composto por ministros do imperador tidos como “áulicos” — após D. Pedro I cercar com tropas e dissolver a Assembleia Constituinte, no primeiro dos muitos golpes de Estado que a história do Brasil registra. Insatisfeito com o projeto que previa o predomínio do Legislativo sobre o Executivo e a submissão do Exército ao Parlamento (como é de praxe nas democracias europeias coroadas, nas quais o rei “reina, mas não governa”), o monarca, tido paradoxalmente pelos historiadores como “déspota liberal”, exige a introdução do Poder Moderador. Colocado acima dos demais poderes, esse artifício absolutista (aplicado apenas no Brasil) declarava a pessoa do imperador inviolável e sagrada, não sujeita a responsabilidade alguma. Era a sua prerrogativa nomear e demitir livremente os ministros de Estado e dissolver a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições. Podia também interferir no Poder Judiciário, suspendendo magistrados e perdoando ou reduzindo as penas impostas aos réus.

Durante as seis décadas e meia de existência do Poder Moderador, este foi exercido autoritariamente por Pedro I, provocando a própria abdicação em 1831, e com voluntária tolerância por parte de D. Pedro II — que foi transferindo, ao longo de seu reinado, os poderes que tinha ao Conselho de Ministros indicado pelo Parlamento. O Poder Moderador, entretanto, até hoje é invocado pelos que defendem intervenções das Forças Armadas na vida política do País.

Duas das chaves do êxito e da longevidade da Carta Imperial eram a plasticidade e a concisão, inspiradas no constitucionalismo inglês, segundo o qual é constitucional apenas aquilo que diz respeito aos poderes do Estado e a direitos e garantias individuais. Em consequência, tudo o mais poderia ser alterado pelas legislaturas ordinárias. Embora o território brasileiro fosse dividido em províncias, estas não tinham qualquer autonomia, cujos presidentes eram nomeados pelo imperador e podiam ser por ele removidos.

Toda autoridade era rigorosamente centralizada na capital do Império, num desenho de Estado unitário reeditado durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Nas cidades e vilas, o governo econômico-administrativo competia às câmaras municipais, compostas por vereadores eleitos.

Como ainda não existiam assembleias legislativas nas províncias, as quais seriam criadas pelo Ato Adicional de 1834, as câmaras municipais, atuantes desde os albores da colonização, dispunham de expressiva representatividade: foi a elas que D. Pedro I submeteu o projeto de Constituição para receber emendas, correções e aprovação, como forma de legitimação antes da outorga. O sistema eleitoral estabelecido pela Carta se baseou numa concepção de cidadania que distinguiu os detentores dos direitos civis dos que usufruíam também de direitos políticos, reservados exclusivamente a uma casta de proprietários. De acordo com esse critério cen-



*Capa da Constituição
do Império do
Brasil, de 1824*

Dominio público / Acervo Arquivo Nacional

sitário, podiam votar os homens maiores de 25 anos, com renda líquida anual de 100 mil réis para as eleições paroquiais, e de 200 mil réis para as de província.

Estavam excluídos do direito ao voto os criados e religiosos, as mulheres, os escravos, os indígenas e os filhos que viviam na companhia dos pais, isto é, dependentes economicamente. Até 1934, quando as mulheres puderam votar pela primeira vez, a situação não era muito diferente: se em 1870 os eleitores faziam parte de 1% da população, em 1912 não passavam de 1,3%.

Apesar de todas as restrições, a Constituição jurada solenemente por D. Pedro I, em 25 de março de 1824, teve o mérito de consagrar os princípios do liberalismo econômico predominante no Brasil e no mundo até a Depressão de 1930.

&

IN



Fotos: divulgação

REDE MULHER EMPREENDEDORA

texto ALINE CARVALHO

Mulheres dispostas a empreender e a conquistar a independência financeira. Esse é o perfil da Rede Mulher Empreendedora (RME), que atua na promoção de programas educacionais destinados a futuras empresárias.

A idealizadora do projeto, Ana Fontes (mulher, nordestina e de origem negra), incomodada com as desigualdades raciais, de gênero e sociais no mercado de trabalho, transformou a sua ideia em apoio para mulheres que busquem autonomia econômica e geração de renda. O processo conta com capacitações, conteúdo qualificado, conexões, mentorias, acesso ao mercado por meio de marketplaces, programas de aceleração e acesso à capital. A RME, que existe desde 2010, já impactou, até agora, mais de 10 milhões de pessoas.

Diante do crescimento da ação e dos resultados cada vez maiores, em 2017, foi fundado o Instituto RME, com foco em capacitação de empreendedoras negras (cisgêneras e transgêneras) que morem em comunidades ou que tenham mais de 50 anos. O Instituto também realiza, há oito anos, a Pesquisa IRME, que tem o apoio da RME.

Para conhecer, participar ou apoiar a causa, acesse o site:

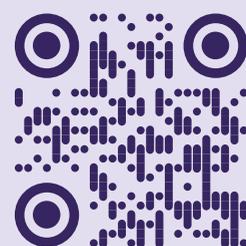
<https://rme.net.br/>

Sua empresa pode ajudar a espalhar o conhecimento científico e ainda impactar tomadas de decisão que podem salvar vidas.

bori
agência

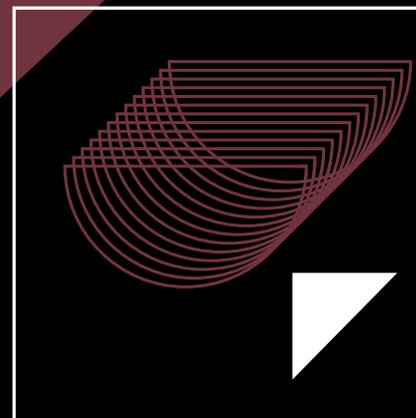
Conheça e apoie o trabalho da Agência Bori, que leva a ciência nacional para os principais veículos da imprensa.

abori.com.br | bori@abori.com.br



REFORMA ADMINISTRATIVA.

NADA MAIS JUSTO PARA O CONTRIBUINTE.



VOCÊ, QUE É BRASILEIRO OU BRASILEIRA, SEM
DÚVIDA, QUER UM ESTADO QUE FUNCIONE, CERTO?!

E espera que os seus impostos garantam o desenvolvimento social, o acesso a serviços de qualidade, os investimentos necessários para o nosso crescimento — enfim, um Estado que trabalhe para entregar o combinado.

Infelizmente, como você sabe, não é isso que acontece há um bom tempo.

ENTRE 1980 E 2022, CRESCEMOS 139%, O MUNDO
CRESCEU 324% E O EMERGENTES CRESCERAM 561%.

É por isso que, mais do que nunca, a Reforma Administrativa é tão urgente.

Nós merecemos uma máquina pública atualizada, eficaz, transparente e efetiva, que opere com os recursos que tem à disposição.

Precisamos de mais eficiência, preservando o direito adquirido dos funcionários da ativa.

Nada mais justo para as centenas de milhões de pessoas que encaram uma das maiores cargas tributárias do planeta e não sabem para onde o seu dinheiro vai.

FECOMERCIOSP

Acesse www.fecomercio.com.br



@fecomerciosp



CONFIRA
NOSSOS
PLEITOS E
MOBILIZAÇÕES